

REVISTA



PET-ECONOMIA UFES

Vol. 5 Número 1

10

EDIÇÃO

Equipe Editorial (2025/1)

Editor Chefe: Everlam Elias Montibeler;

Edição: Gabriela Morozini, Gustavo Gomes de Almeida, Hemille Barbosa Uchôa, Maria da Graça Gomes Caneva e Kayky Barcelos de Oliveira;

Revisão Ortográfica: Carlos Eduardo de Oliveira Tonon, Gabriela Morozini, Gustavo Gomes de Almeida, Hemille Barbosa Uchôa, João Henrique da Silva Nascimento, Kayky Barcelos De Oliveira, Maria Clara Alves de Brito, Maria da Graça Gomes Caneva e Rafael Barbosa Saldanha;

Revisão Referencial: Ana Carolina de Paula Simões, Arthur Mariano Soares, João Henrique da Silva Nascimento, Hemille Barbosa Uchôa e Maria Clara Alves de Brito;

Diagramação e arte: Gabriel Matheus Ferreira Santos, Gabriela Morozini, Hemille Barbosa Uchôa, Maria Clara Alves de Brito e Maria da Graça Gomes Caneva.

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2025.

Sumário

Introdução	3
<i>Everlam Elias Montibeler</i>	
Texto do Convidado	
O Programa de Educação Tutorial (PET) e os novos desafios	8
<i>Maurício de Souza Sabadini</i>	
O PET Economia e a emancipação social a partir da educação	11
<i>Vinícius Vieira Pereira</i>	
Resenhas Econômicas	
Capital e Natureza: a dialética da exploração	15
<i>Gabriela Morozini e João Henrique da Silva Nascimento</i>	
Qual é o X das redes sociais?	19
<i>Arthur Mariano Soares e Maria da Graça Gomes Caneva</i>	
O coaching e a formação do neossujeito	23
<i>Gabriel Matheus Ferreira dos Santos e Henrique dos Anjos Moura</i>	
Artigos	
Trabalho fragmentado, direitos diluídos: a alienação neoliberal sob o fenômeno da "pejotização"	27
<i>Isabella Lima da Silva</i>	
Do Escambo ao Cartalismo: teorias monetárias em Keynes e Friedman e as particularidades metodológicas	36
<i>Wallace Alves Cearense</i>	
Relatos dos Petianos	45
O que é ser petiano?	
Podcasts	
Diálogos com o PET-Licenciaturas/Ufes: o Novo Ensino Médio e a precarização do trabalho docente na educação brasileira	52
<i>Arthur Mariano Soares e Diogo Schiavinatto</i>	
Movimentos Sociais na contemporaneidade	52
<i>Ana Carolina de Paula Simões e Kayky Barcelos de Oliveira</i>	
Financeirização e disputa pelo orçamento público	53
<i>Gabriel Matheus Ferreira dos Santos e Rafael Barbosa Saldanha</i>	
Seguridade Social no Brasil: Contingências e Desafios	53
<i>Hemille Barbosa Uchôa e Maria da Graça Gomes Caneva</i>	
A escala 6x1 e a jornada de trabalho no capitalismo contemporâneo	53
<i>Gabriela Morozini e Gustavo Gomes de Almeida</i>	

Introdução

Everlam Elias Montibeler¹



Caro(a) leitor(a),

Esta é uma edição especial da Revista PET Economia Ufes, e é especial por vários motivos. Em primeiro lugar, a revista alcança agora sua décima publicação desde o lançamento, em 2020, consolidando-se como um espaço qualificado para reflexões críticas sobre temas econômicos e sociais relevantes. Para mim, pessoalmente, é também um momento muito especial: esta edição representa não só minha estreia como colaborador, mas minha primeira

atuação na revista como tutor do PET Economia. Além disso, assumir a tutoria inaugura um fato inédito no programa, pois sou o primeiro ex-aluno do PET a retornar na condição de tutor. E para tornar essa revista ainda mais especial, nós convidamos dois ex-tutores do grupo PET Economia da Ufes para apresentarem suas reflexões sobre o programa. Com isso, essa é a primeira revista que traz contribuições de três gerações de tutores.

Retornar ao PET na condição inédita de egresso me remete às intensas experiências que vivi como bolsista, especialmente na turbulência econômica e social de 1999. Naquele período, início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil enfrentava uma conjuntura extremamente adversa, marcada por desemprego acima de 10%, desvalorização cambial acelerada e uma taxa Selic que atingiu impressionantes 45% ao ano. Sob alegações de austeridade fiscal, o governo federal anunciou cortes profundos em diversos programas educacionais, incluindo a extinção do Programa Especial de Treinamento (PET), decisão que lançou centenas de grupos à deriva nas universidades públicas. Vivenciei diretamente esse contexto difícil, participando das intensas mobilizações locais e nacionais em defesa do PET. Recordo-me bem de nossas viagens para Brasília, da formação dos fóruns de luta e organização do PET e do sentimento de pertencimento que nutrimos uns pelos outros por estarmos todos juntos em defesa de um objetivo maior. A contínua mobilização de estudantes, tutores e reitores, com o apoio decisivo de entidades como a SBPC, ANDES, UNE e Andifes, obrigou que o MEC finalmente revogasse, em 2001, a extinção do programa.

Durante meus anos como petiano (1999-2002), atravessei também outros desafios marcantes: enfrentamos três greves docentes consecutivas e convivemos com oito meses de suspensão das bolsas,

¹ Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/UFES.

situação que tornou as condições de permanência dos estudantes extremamente precárias. Mesmo diante dessas dificuldades, nosso grupo tornou-se uma verdadeira trincheira em defesa da educação pública de qualidade. Sob a liderança inspiradora do professor Reinaldo Carcanholo (tutor do PET Economia desde sua fundação em 1992 até 2012), permanecemos coesos e aguerridos, realizando debates dentro e fora dos muros da universidade, produzindo manifestos e buscando fortalecer o vínculo com a sociedade. Essa experiência marcou profundamente minha formação acadêmica e política, consolidando em mim a convicção do valor social e educativo do PET.

Depois da marcante gestão do professor Reinaldo, o programa teve continuidade através das tutorias de Maurício Sabadini (tutor de 2012 a 2018) e Vinícius Pereira (2018 a 2014), que agora retornam à revista como convidados especiais. Dando sequência a esse legado, assumo o compromisso de cultivar no PET uma tradição duradoura e enriquecedora: estimular que cada vez mais ex-bolsistas do PET retornem ao programa na condição de tutores.

Antes de passar para a apresentação dos textos que compõem essa 10ª edição da Revista PET Economia Ufes, quero dirigir-me especialmente aos atuais petianos: ao olhar para cada um de vocês revejo aquele estudante que, anos atrás, se sentava em alguma cadeira da sala 207 do Departamento de Economia, nas quintas-feiras às 11h15, cheio de esperança e curiosidade durante as reuniões do PET. Essa lembrança me move hoje, como tutor, a colocar toda a minha energia e dedicação para que vocês vivenciem integralmente a mesma experiência transformadora que marcou a minha trajetória. É dessa ponte entre o meu passado e o seu presente que nasce o profundo carinho que sinto por cada um de vocês, e a certeza de que avançaremos juntos, aprendendo e crescendo como coletivo.

Como já mencionei, nesta edição da revista temos a honra de contar com o relato de dois ex-tutores do PET Economia, que compartilham suas experiências e reflexões sobre o papel formativo do programa em tempos de intensas transformações sociais e institucionais. Seus textos oferecem, ao mesmo tempo, um testemunho pessoal e uma análise crítica sobre os desafios enfrentados pelo PET e pela universidade pública brasileira.

Mauricio Sabadini, com quem tive a honra de compartilhar vivências acadêmicas durante um evento acadêmico que aconteceu em 2007 na Universidade de Paris XI quando ainda cursava seu doutorado, revisita os fundamentos teóricos e institucionais que norteiam o PET, destacando a importância de preservar os princípios de cidadania, criticidade e função social da educação superior. Ao longo de sua reflexão, ele propõe uma série de indagações sobre o presente e o futuro do programa diante da intensificação das lógicas produtivistas, da perda de sentido coletivo e das pressões do mercado sobre a universidade. Seu texto, ao mesmo tempo afetivo e crítico, reforça a ideia de que o PET deve continuar sendo um espaço de formação ampla e politicamente engajada.

Vinícius Pereira, por sua vez, oferece um relato sobre sua trajetória como tutor entre 2018 e 2024, período marcado pela ascensão do extremismo político, pela pandemia de Covid-19 e por inúmeras

adversidades enfrentadas pelos estudantes. Seu texto destaca como o PET foi capaz de se reinventar diante da crise, tornando-se um canal de resistência, produção crítica e acolhimento em tempos sombrios. Mais do que um balanço de gestão, seu depoimento é um elogio à força transformadora da educação pública e à utopia de uma universidade mais justa, inclusiva e emancipadora.

Tanto o meu testemunho como esses dois relatos deixam evidente que o compromisso com uma formação crítica, uma consciência cidadã e uma postura construtiva são elementos basilares sobre os quais se assentam os princípios pedagógicos do PET Economia da UFES. Naturalmente que isso se reflete na produção do grupo, tal como fica evidente pela amostra que acompanha a presente edição nas seções de resenhas e artigos.

Na primeira resenha, intitulada “Capital e natureza: a dialética da exploração”, Gabriela Morozini e João Henrique Nascimento abordam de forma contundente a crise ecológica atual, revelando como o capitalismo, em seu movimento incessante de acumulação, distancia o homem da natureza, levando à exploração desmedida dos recursos naturais. Sob essa lógica predatória, a natureza é tratada meramente como um meio para o fim da valorização do capital, resultando em consequências catastróficas, como o esgotamento dos recursos e mudanças climáticas irreversíveis, que colocam em risco a continuidade da vida humana e do próprio planeta. Com esse texto, os autores nos provocam a refletir sobre a urgência de repensar a relação entre sociedade e natureza, ao mesmo tempo em que insinuam que talvez a dificuldade de transformação estrutural seja tão grande que seria mais sincero admitir que estamos diante de uma crise irreversível (gostaria de pensar que essa seria uma perspectiva um tanto pessimista, mas sinto que talvez seja só uma compreensão muito lúcida da realidade).

Arthur Mariano e Maria Caneva, por sua vez, trazem uma análise crítica sobre as redes sociais e sua crescente instrumentalização política por grupos econômicos dominantes, na resenha “Qual é o X das Redes Sociais?”. Ao destacar o papel central das plataformas digitais no debate público contemporâneo, os autores evidenciam como a falta de regulação adequada permitiu que tais espaços se tornassem ambientes férteis para disseminação de desinformação, manipulação ideológica e fortalecimento de discursos conservadores e neoliberais. É particularmente instigante (e desanimador) observar como, em nome da liberdade de expressão, acaba-se legitimando práticas que corroem justamente a democracia que dizem defender, desnudando uma grave contradição da contemporaneidade digital.

Em nossa terceira resenha (“O coaching e a formação do neossujeito”), Gabriel Matheus Ferreira Santos e Henrique dos Anjos Moura analisam o fenômeno do coaching como expressão máxima do discurso neoliberal na contemporaneidade. A resenha problematiza como essa prática, sob o disfarce de desenvolvimento pessoal e profissional, perpetua e aprofunda relações de exploração e precarização do trabalho. Nesse processo, o trabalhador internaliza a lógica competitiva do mercado e assume para si a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, intensificando o sofrimento psíquico e a alienação social, em um ciclo vicioso que agrava ainda mais as desigualdades sociais. A reflexão trazida pelos autores nos

confronta com a realidade de que o neoliberalismo não apenas domina o mercado econômico, mas também invade a subjetividade humana, transformando cada indivíduo em seu próprio explorador.

Essas três resenhas mostram, sob diferentes aspectos, como o capitalismo em sua versão neoliberal tem produzido consequências aterradoras para nossa sociedade atual. O artigo de Isabella Lima da Silva, “Trabalho fragmentado, direitos diluídos: a alienação neoliberal sob o fenômeno da ‘pejotização’”, dialoga diretamente com essas questões. A autora mostra como a prática da “pejotização”, amplamente difundida no atual contexto neoliberal, fragiliza os direitos dos trabalhadores e transforma o vínculo empregatício em uma relação individualizada e insegura. Sua análise ajuda a entender que essas mudanças nas relações de trabalho não são exceções ou desvios, mas fazem parte de uma lógica bem definida, que busca transferir responsabilidades para os indivíduos e aprofundar a alienação. O artigo contribui, assim, para reforçar a crítica ao modelo neoliberal como um sistema que precariza vidas e esvazia as possibilidades de ação coletiva e, com isso, qualquer forma significativa de resistência à exploração.

Por outro lado, o artigo de Wallace Alves Cearense se distancia das análises conjunturais anteriores e nos conduz para um campo teórico da economia monetária, com seu artigo intitulado “Do escambo ao cartalismo: teorias monetárias em Keynes e Friedman e as particularidades metodológicas”. O autor explora as diferentes abordagens metodológicas de Keynes e Friedman para compreender o surgimento e o papel da moeda na economia, e demonstra como diferentes pressupostos metodológicos condicionam radicalmente as conclusões econômicas e, consequentemente, as políticas econômicas derivadas.

Para coroar essa edição tão especial, apresentamos a voz daqueles que dão vida ao PET em seu cotidiano: os próprios petianos. Na seção Relatos dos Petianos, nossos alunos respondem à pergunta “o que é ser petiano?”, compartilhando experiências que ultrapassam os limites da universidade e demonstram como o programa influencia profundamente suas trajetórias pessoais e acadêmicas. Os relatos apresentados a seguir revelam, com sinceridade e entusiasmo, a diversidade de significados que o PET assume para cada integrante, ajudando-nos a compreender melhor o valor transformador desse espaço tão singular.

Os textos compilados nesta revista nos ajudam a refletir sobre o trabalho transformador que tem sido realizado pelo PET Economia. Mas o debate promovido pelo grupo não se encerra nessas páginas. Ele se amplia e se reinventa em outras linguagens e formatos, como é o caso do nosso Podcast.

O PET Economia realiza programas de Podcast em que especialistas são convidados a participarem do quadro: “Economia e sociedade: para além da aparência”. Apresento um resumo de cinco dos nossos episódios que você pode conferir no nosso canal no Spotify. O primeiro deles é o episódio nº 56, dirigido pelos petianos Arthur Mariano e Diogo Schiavinatto, em que eles debatem, junto ao tutor do PET Conexões da UFES, João Porto, e às graduandas Samilla Correia (Pedagogia) e Alice Fontoura

(Ciências Sociais), os desafios do “Novo Ensino Médio e a precarização da atividade docente no Brasil”. Este tema é caro ao país, pois é por meio da educação que vamos conseguir nos desenvolver como nação e promover maior equidade social.

Para o episódio nº 57, os petianos Ana Carolina de Paula Simões e Kayky Barcelos de Oliveira convidaram para a conversa sobre o papel dos “Movimentos sociais na contemporaneidade” o Prof. Dr. Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, docente do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O estimado professor Dr. Paulo Nakatani, docente emérito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), conversou, durante o episódio nº 58, com os petianos Gabriel Santos e Rafael Barbosa sobre financeirização e orçamento público. A financeirização impulsiona a reprodução do capital fictício, que depende, entre outras formas de valorização, da captura do orçamento público pelas elites financeiras e da sustentação de um capital rentista parasitário.

Foi tema do episódio nº 59 a discussão sobre “Seguridade Social no Brasil: Contingências e Desafios”. Nele, as bolsistas Hemille Barbosa e Maria Caneva entrevistaram a professora Dr.^a Cenira Andrade de Oliveira, referência em temas como Seguridade Social, políticas públicas de proteção social e inclusão. A professora faz um importante resgate das conquistas promovidas pela Constituição Federal de 1988 no campo dos direitos sociais, que vêm sendo constantemente questionadas por correntes políticas que desejam reduzir o tamanho do Estado e sua participação na garantia da proteção social.

Por fim, gostaríamos de sugerir o imperdível episódio nº 60 sobre “A escala 6x1 e a jornada de trabalho no capitalismo contemporâneo”. A professora Dr.^a Ana Paula Fregnani Colombi, docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), conversa com os petianos Gustavo Almeida e Gabriela Morozini sobre a dura jornada de trabalho de 6 dias com apenas 1 de descanso, expondo a contradição central da forma tradicional de reprodução do capital num contexto pós-pandemia em que se discute trabalho remoto e maior flexibilização do tempo de trabalho, especialmente a redução da jornada semanal.

Espero que os textos aqui reunidos sirvam não apenas como ponto de partida para reflexões sobre os desafios do nosso tempo, mas também como inspiração para ações concretas e transformadoras. Em nome do PET Economia, convido você a seguir conosco nesse percurso, acompanhando nossas próximas atividades e, quem sabe, somando-se a esse esforço coletivo de pensar criticamente o mundo em que vivemos.

Uma excelente leitura!

Texto do Convidado

O Programa de Educação Tutorial (PET) e os novos desafios

Mauricio de Souza Sabadini



Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor egresso do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

Quando fui contactado, no início do corrente ano, pelos petianos e petianas para manifestar minha opinião sobre um tema deveras relevante que é a importância do Programa de Educação Tutorial (PET) para a vivência universitária, não tinha outra opção a não ser dizer que sim, eu aceitaria o convite. Isso porque, como eu já havia me manifestado em artigo na revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) em 2021, "(...) uma chamada da SEP é como uma demanda do PET para mim: há que se adotar como prioridade (...)” (p. 179)².

² SABADINI, Mauricio de S. A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, nº 59, p. 175-202, maio/junho 2021.

Por conseguinte, meu objetivo aqui será de passar impressões gerais sobre o processo formativo do Programa PET e fazer conjecturas sobre os possíveis desafios que o mesmo deve estar enfrentando e continuará a enfrentar em sua existência. Afinal, ao contrário do pensamento estático, parto do princípio de que a sociedade está sempre em movimento, que sua dinâmica nos impõe desafios, necessidades de adaptações, entendimentos, aproveitando as experiências positivas e refletindo sobre as consideradas “negativas”.

Inicialmente, é de se destacar que o PET é apenas uma das possíveis experiências existentes dentro da universidade, instituição que o destino quis que eu vivesse, cotidianamente, desde minha adolescência, até os dias atuais, como discente e docente. Evidentemente, não trago respostas prontas e nem receitas ou soluções, dessas que encontramos nos manuais, nos jornais, pois parto do pressuposto de que a sociedade capitalista em que vivemos se nutre de suas aparentes contradições e que, para compreendê-las, é necessário o conhecimento de seu processo histórico de formação e o entendimento básico de suas leis de funcionamento, que mudam constantemente no tempo e no espaço, mas que mantém, ao mesmo tempo, seus fundamentos teóricos.

Não acompanhei o PET ao longo dos últimos 05 anos. Portanto, tenho limites em certas análises. De todas as formas, sempre me pactuei com o famoso “Manual de Orientações Básicas” (MOB, 2006)³ que determinava as diretrizes de um Programa que demorou a ser efetivamente reconhecido pelas instâncias universitárias. Destaco, em seus vários objetivos, apenas dois pontos: “promover a formação ampla e de qualidade acadêmica dos alunos de graduação envolvidos direta e indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação” (MOB, 2006, p. 7) e, em seu objetivo específico c, “oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando a formação de um profissional crítico e atuante, orientada pela cidadania e pela função social da educação superior (...)” (*ibid*, p. 8).

É de se destacar três palavras acima, dentre outras, que deveriam, ou devem, compor o processo formativo dos petianos e petianas, em qualquer momento histórico, se quiserem ir além do cumprimento fundamental da também famosa e necessária tríade ensino-pesquisa-extensão: cidadania, social e crítica. Como não poderia deixar de ser, estas palavras também compuseram a elaboração da Resolução nº 22/2019, que imagino que ainda deva estar regulamentando as normas de funcionamento dos PETs/Ufes, e que tive a oportunidade, missão, de participar de sua

elaboração⁴. Dos objetivos relatados neste documento, destaco apenas um: “VI. Estimular o pensamento crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior” (UFES, 2019, p. 2).

Percebe-se que estou sendo repetitivo ao reafirmar as indicações acima, fato este proposital, para pensarmos algumas questões. Levando em consideração as profundas crises e mudanças que a sociedade tem passado ao longo da última década, e que intensificaram ainda mais a lógica individualista, acrítica de pensamento, baseada nos modelos, nas visões curto-prazistas, nas atividades voltadas para a lógica do mercado, pergunta-se: como estão os planejamentos dos programas PETs atualmente, grupos estes historicamente heterogêneos? Como está a condução dos grupos diante de inúmeras particularidades políticas, econômicas, efeitos da pandemia recente, que atravessaram e atravessam o cotidiano de nossas sociedades e, conseqüentemente, também dos grupos PETs? As normativas que regem os grupos PETs e que têm como um de seus fundamentos a cidadania, o social e a crítica, acima indicadas, estão nos pilares das atividades desenvolvidas? Os responsáveis institucionais, os/as tutores, os/as petianos/as pensam e se baseiam nos fundamentos teóricos e regimentais do PET?

Evidentemente, não tenho condições de sinalizar para nenhum tipo de resposta, pelo simples fato de que não estou vivendo o cotidiano dos grupos.

³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Educação Tutorial/Manual de Orientações Básicas** (MOB), 2006.

⁴ Encontrada somente na seguinte página: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 22/2019**, 28/05/2019. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_22.2019_-_pet_0.pdf#overlay-context=resolucoes-de-2019-cepe.

E, sem ser saudosista, não me pauto por esta lógica, devemos sim levar em conta que a sociedade mudou (será?), a universidade também, o produtivismo se instalou, a intolerância se manifestou, o neoliberalismo se intensificou... E como estão os grupos PETs face aos intensos retrocessos, avanços e mudanças atuais? Deixo esta tarefa para vocês refletirem.

Ainda mantenho a esperança e defendo que os pilares ora apontados e existentes nas diretrizes dos Programas PETs devam permanecer intactos, até porque se isso não se mantiver, a meu ver perde o sentido de sua existência, que é diferenciada. E o papel da instituição e do/a tutor/a neste processo é basilar para que as propostas dos grupos não se esvaziem de sentido, ao menos nestes aspectos referidos anteriormente, a cidadania, o social e a criticidade.

Aprendi muito sendo tutor do PET Economia. Sofri, chorei, sorri. E a responsabilidade era grande, pois substituí naquele momento o tutor mais antigo do PET Ufes, prof. Reinaldo Carcanholo, já que o grupo PET Economia foi o primeiro a ser criado, junto ao de Engenharia de Computação, conforme ofício da CAPES do dia 21/02/1992 e comunicado pela PROGRAD/Ufes ao Departamento de Economia em 19/03/1992, algo que gosto sempre de relembrar. Além de décadas à frente do PET Economia, ele trazia a experiência de outro PET na universidade onde trabalhava anteriormente, conhecendo profundamente o funcionamento e a estrutura do Programa.

O fato é que tenho muita tranquilidade em afirmar que mantive, aperfeiçoei e construí,

juntos aos petianos e petianas, atividades pautadas nos princípios e diretrizes do PET. Na diversidade, na heterogeneidade, nas tomadas de decisões coletivas, por ora fui mesmo muito mais do que um tutor; vivi o PET cotidianamente, mantendo até hoje contatos com muitos deles. Se consegui ser um bom tutor, eu não sei, deixo para os/as egressos/as a avaliação. Mas, tenho a consciência tranquila de que me esforcei, de que tentei, de que fiz tudo o que eu pude para manter e realizar um bom trabalho.

Finalmente, sinto muito se os decepcionei trazendo mais indagações do que respostas para algumas questões que apontei neste pequeno texto. Poderia também relatar diversas experiências que tive/tivemos ao longo de minha estadia no PET Economia, no Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA), nas instâncias representativas dos PETs, e antes mesmo de me tornar tutor, já que eu acompanhava frequentemente o grupo. Mas, o objetivo aqui era outro.

E faço questão de relembrar, sempre que possível, e finalizar com uma afirmação muito conhecida entre os petianos e petianas: "O PET é, em tamanho pequeno, a universidade que queremos para o Brasil" (SOARES et al, 2007, p. 51)⁵. Mas, isso só seria/será possível se o PET mantiver seus fundamentos e pilares que sustentam a raiz e riqueza deste Programa, fundamento de sociabilidade universal e crítica, visando os princípios básicos do coletivo em detrimento do individual, do social em detrimento do particular,

⁵ Afirmação citada no texto do professor Reinaldo A. Carcanholo em: SOARES, Maria do Carmo F.; MOURA, Maria D. **O Programa de Educação Tutorial (PET) em perspectiva: o olhar dos tutores**, Editora UFRPE, Recife, PE, junho 2007.

do público em detrimento do privado. Caso contrário...

Texto do Convidado

O PET Economia e a emancipação social a partir da educação

Vinícius Vieira Pereira



Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor egresso do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

Minha trajetória como tutor do PET Economia Ufes pode ser contada a partir das transformações econômicas e sociais ocorridas na sociedade brasileira e mundial ao longo dos seis últimos anos em que estive junto ao programa, de dezembro de 2018 a dezembro de 2024, afinal, elas se refletiam no comportamento e no sentimento dos jovens estudantes com os quais tive o enorme prazer de conviver mais proximamente.

Confesso que aprendi muito mais do que pude ensinar. Mas, para além disso, tive a oportunidade de conhecer, por dentro, o programa mais revolucionário da educação superior no Brasil. Revolucionário pois capaz de transformar

profundamente a forma como o estudante universitário do nosso país interpreta a realidade brasileira, despertando nele a utopia de uma outra realidade social, mais harmoniosa, mais justa e igualitária.

No alvorecer de 2019, o país experimentava a ascensão da extrema-direita à frente do governo federal em nosso país. A ameaça contra as Universidades públicas, a promessa de cortes profundos nos gastos sociais, os pronunciamentos sobre privatizações e o discurso neoliberal em sua defesa do chamado estado mínimo prenunciavam o início de um período em que a sociedade brasileira se dividiria, pela intolerância e o ódio, entre os apoiadores e os críticos do novo governo. Mas não se tratava apenas de uma polarização política, pois o discurso ideológico disseminado pelo novo governo ia além e dividia a sociedade brasileira em duas metades: as chamadas pessoas “de bem”, patriotas e honestas, que comporiam a ala dos apoiadores, e pessoas suspeitas, ladrões, corruptos, comunistas, petistas, que estariam ao lado dos opositores do novo mandatário.

Em meio a essa realidade social, marcada pela insensatez, a intolerância e a insegurança em relação ao futuro, os jovens estudantes sofriam diante da incerteza, mergulhando na ansiedade, na depressão, no adoecimento mental. Dentro do PET Economia, tais sentimentos podiam ser percebidos facilmente, principalmente porque,

até mesmo usar uma camiseta da Ufes, ou do próprio PET Economia, nas ruas poderia ser motivo de hostilidades. Mas se tal cenário já se mostrava bastante constrangedor, a virada de 2019 para 2020 reservava algo ainda pior. A pandemia de Covid-19 que se alastrava pelo mundo a partir do oriente, chegaria de forma avassaladora ao Brasil já em março desse ano.

Mesmo em se tratando de um governo negacionista da pandemia, as medidas de contenção do vírus começaram a prevalecer, entre elas, o isolamento social, o que significou o confinamento familiar, a suspensão das aulas, o ensino à distância, em modo virtual, bem como a interrupção de todas as atividades acadêmicas, entre elas, as reuniões e as atividades de extensão do PET Economia. Se os jovens universitários já sofriam o impacto da mudança governamental e seus reflexos sobre suas vidas e suas atividades, a pandemia aprofundou ainda mais esse cenário.

A tristeza, a solidão, a abstinência do convívio social iam, aos poucos, causando graves danos a saúde mental dos e das estudantes. Isso se refletia visivelmente nos textos produzidos pelas(os) petianas(os). Em meio a esse caos, os veículos de comunicação do PET Economia nas redes sociais, que servem de divulgação de suas atividades, se tornaram a arma de defesa desses(as) jovens contra a inércia que o momento exigia. Os corpos continuavam isolados, mas as ideias circulavam como nunca antes imaginara-se possível. Resenhas, minicursos, podcasts, lives, revista no portal de periódicos da Ufes levavam à sociedade como um todo, via internet, o pensamento, o sentimento, os anseios e aspirações desses(as) inquietos(as) os(as) petianos(as). Além de suas

pesquisas e análises sobre a crise econômica e social que se alastrava.

Essa saída encontrada como resposta ao isolamento social ajudou a muitos, mas não a todos. Afinal a rotatividade de bolsistas e não-bolsistas do programa ampliava-se. As reuniões virtuais não conseguiam sustentar a integração, o apoio, a parceria, os diálogos e debates que marcavam os encontros presenciais, o que levou muitos ao desânimo e ao desestímulo. Além disso, a bolsa estudantil percebida pelos(as) petianos(as) se tornava, para parte desses(as) jovens, insuficiente para ajudar na manutenção de seus lares, haja vista a onda de desemprego que se sucedia à interrupção de muitas atividades econômicas consideradas não essenciais. Muitos e muitas se sentiram obrigados a partir em busca de uma remuneração um pouco maior e, por isso, abandonavam o programa. Sem falar naqueles jovens que não conseguiam reunir as condições ideais para acompanhar, a contento, as reuniões virtuais, afinal, faltava-lhes, por vezes, espaço doméstico adequado, ambiente propício à concentração, velocidade de internet suficiente, equipamentos apropriados. Assim, a cada desligamento do programa, um sentimento triste de dor, perda e impotência se abatia sobre todos e todas.

Mas, apoiado sobre os ombros desses e dessas jovens incansáveis e resilientes, o programa sobreviveu aos mais de dois anos de pandemia e aos quatro anos de um governo de extrema-direita. O retorno das atividades presenciais em 2023 trouxe luz sobre as atividades que haviam ficado na escuridão do isolamento social, como o Teatro do Oprimido, O Economês presencial nas escolas públicas, os

encontros literários ao ar livre, as reuniões semanais novamente presenças, a distribuição das resenhas entre os estudantes nos corredores do curso e a volta do convívio com os colegas na universidade, seja no teatro, na biblioteca, no restaurante universitário, nas cantinas, nos gramados. E junto, a constatação de que, mesmo em momentos trágicos e dolorosos como o da pandemia, ideias surgem, perseveram e se mantêm mesmo após a passagem do vendaval. Ou seja, muitas das atividades criadas ao longo da pandemia mostraram-se tão exitosas que sobreviveram até os dias atuais.

Os podcasts se tornaram um sucesso de audiência na internet, assim como os textos das resenhas e das Revistas do Pet Economia. Temas como o papel da mulher na sociedade, o racismo, o fascismo, a desigualdade e a violência de gênero, a desigualdade social, a homofobia e a intolerância religiosa, o punitivismo penal, a privatização de presídios e a violência policial, a destruição da natureza e o grave problema ambiental sob a égide do capitalismo contemporâneo, entre tantos outros, foram abordados pelos e pelas jovens que se sentiam inconformados com os rumos que a humanidade tomava. Parecia que o avanço mundial da intolerância e do ódio contra minorias e contra os pobres e marginalizados aguçava ainda mais o inconformismo desses e dessas jovens que olhavam criticamente a sociedade contemporânea.

O Economês nas escolas públicas e junto aos integrantes da Universidade Aberta à Pessoa Idosa e o retorno do Teatro do Oprimido abriram, novamente, o espaço necessário ao diálogo com as pessoas para além dos portões da Universidade. Movimentos de ocupações de

moradias, movimento dos trabalhadores sem-terra, movimentos em defesa dos direitos dos entregadores de aplicativos, integrantes de escolas de samba, entre outros recebiam a visita dos integrantes do PET Economia e proporcionavam um rico intercâmbio de experiências e vivências. Cada uma dessas atividades trazia uma experiência ímpar aos estudantes inseridos no programa de educação tutorial. Sem falar nos encontros locais entre grupos PET, além dos encontros regionais e nacionais que voltavam ao formato presencial. A convivência social e o contato vivo com estudantes e tutores de todo o país faziam o sorriso voltar a brilhar nos rostos de todos nós que participávamos ativamente desses momentos tão especiais.

Enfim, o Programa de Educação Tutorial tem esse potencial de despertar no corpo discente, e mesmo nos tutores, toda a potencialidade represada por anos de educação básica e fundamental acríticas. No espaço onde impera o ensino, a pesquisa e a extensão, o tripé acadêmico em sua forma mais autêntica, jovens das mais variadas idades são estimulados a se imergirem na realidade social, observarem atentamente os fenômenos concretos, interpretarem as formas como tais fenômenos se manifestam e proporem estratégias de intervenção no domínio social. Mas, para que todo esse esforço científico seja possível, torna-se imprescindível que o(a) estudante tenha tempo para se dedicar e tenha recursos para se manter. Daí a importância da bolsa pecuniária que permite ao jovem petiano dedicar 20 horas semanais, para além das horas obrigatórias dedicadas às disciplinas da graduação, com o

intuito de preparar sua formação com todo esmero que a ciência pressupõe.

A minha utopia? Que a Universidade pública brasileira se torne um grande Programa de Educação Tutorial. Jovens das mais diversas áreas do conhecimento podendo se dedicar, em tempo integral, à pesquisa, ao ensino e à extensão. Auxiliados por uma bolsa permanência, capaz de suprir as refeições diárias, o acesso aos textos, o custo do transporte público, o aluguel da república, entre outros, tais jovens se agarrariam a essa possibilidade e se dedicariam a área do conhecimento que os atraiu até a Universidade. Afinal, a evasão, a retenção, o abandono da graduação em muito se devem à ausência de condições materiais para que esses estudantes prossigam na carreira acadêmica. Especialmente após o sucesso da política de cotas em nosso país, cada vez mais a Universidade Pública se abre a uma imensa parcela de nossa população que precisa do apoio representado pelas bolsas permanência. Caso contrário, serão forçados a abandonar seus estudos para ajudarem na manutenção suas e de suas famílias.

De minha parte, agradeço a cada estudante com o qual convivi dentro do PET Economia pelo enriquecimento como professor, como tutor e como pessoa. Aprendi com os jovens o que dizer e o que não dizer frente às transformações sociais e culturais de nosso tempo. Percebi que a organização, a disciplina e o cumprimento de horários são essenciais ao bom desempenho de um grupo. A responsabilidade é tamanha que chegava, por vezes, a deixar-me sem dormir, preparando e corrigindo roteiros de atividades. Mas tudo isso trazia uma recompensa muito maior, a satisfação de perceber que cada ação de

ensino, de pesquisa e de extensão que o PET realizava nos tornava seres humanos mais atentos e preocupados com a sociedade, especialmente, com aqueles que mais precisam de um olhar atento e de respostas satisfatórias.

Que o PET Economia continue sendo esse laboratório de análise, transformação e emancipação sociais. Que o pensamento crítico, cidadão e humano pautar cada decisão, cada escolha e cada ação do programa. Que cada novo ou nova integrante do programa se transforme num agente da mudança social. Essa é a revolução que a educação proporciona: parafraseando Paulo Freire, uma revolução pautada na conscientização crítica, libertadora e capaz de promover a luta pela autonomia de cada cidadão, até o momento que as amarras da dominação se desfazem e aos indivíduos é proporcionado o direito de alimentar expectativas de um futuro mais justo e igualitário, onde a fome, o desemprego, a privação, a dor e o sofrimento cedam lugar à segurança alimentar, ao direito ao lazer e à cultura, à possibilidade de sonhar, sorrir e de ser feliz.

Resenha Econômica

Capital e Natureza: a dialética da exploração

Gabriela Morozini e João Henrique da Silva Nascimento



LAERTE. Charge sobre a crise ecológica. Disponível em: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/12pbq7h/laerte_eu_n%C3%A3o_entendi/. Acesso em: 03 set. 2024.

A Flor e a Náusea

[...]

As coisas

Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase

Vomitam esse tédio sobre a cidade

Quarenta anos e nenhum problema resolvido,

sequer colocado

Nenhuma carta escrita nem recebida

Todos os homens voltam para casa

Estão menos livres mas levam jornais

e soletram o mundo, sabendo que o perdem

[..]

Carlos Drummond de Andrade

Em “A Flor e a Náusea”, Drummond, um dos maiores poetas brasileiros, evidencia o caráter hostil e desolador do ambiente urbano, além de expressar um certo distanciamento entre homem e natureza. O poema publicado em 1945, hoje,

ganha cada vez mais significado, à medida que a humanidade é assolada pela crise ecológica. Na contemporaneidade, o desequilíbrio climático, a perda de biodiversidade e a poluição desmedida são apenas alguns dos sinais de alerta que indicam o grau de exaustão natural. O fiasco da humanidade em zelar pelo meio ambiente do qual ela mesma necessita para subsistir – e existir – é evidenciado, recorrentemente, não só pelos desastres ambientais cada vez mais frequentes, mas também pelas incontáveis evidências científicas. No entanto, com a acentuação da crise ecológica, o homem, cada vez mais, se torna um mero espectador da extinção da natureza tal como é conhecida e, por conseguinte, da sua própria extinção.

As dimensões tomadas pela crise ecológica já não mais em iminência, mas em andamento e em vias de acentuação, pressupõem, fundamentalmente, um abismo entre homem e natureza. Sob qualquer forma social, a integração do homem à natureza ocorre, principalmente, por meio do processo de trabalho. No entanto, sob os moldes do modo de produção capitalista, tal forma de relação entre homem e natureza ganha contornos próprios, de modo a tornar, em aparência, homem e natureza entidades desconexas, como se a primeira não fizesse parte da última.⁶ E, assim, no capitalismo,

⁶ MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

forja-se uma separação pretensamente necessária entre a humanidade e a natureza, responsável por permitir que, em um movimento dialético, a ampliação do controle humano sobre a natureza esteja subordinada à necessidade de valorização do capital e, cada vez menos, aos interesses da coletividade humana. Cabe, aqui, analisar a questão mais de perto.

Em primeiro lugar, sob qualquer forma social, o processo de trabalho corresponde a uma atividade humana de manipulação da natureza orientada a um fim, com o intuito de satisfazer suas necessidades – sejam elas do estômago ou da fantasia. Em outras palavras, o processo de trabalho corresponde à relação universal entre natureza e homem, de modo que tal relação configura-se como a condição inerente à perpetuação da própria existência humana.⁷ A partir disso, tem-se o que não é novidade para ninguém: o homem vive da natureza, na medida em que depende dela em um processo contínuo e permanente para a garantia de sua própria vida. E existe, então, um cordão umbilical que une o homem à natureza; juntos, compõem um metabolismo natural, em que, dialeticamente, o homem modifica a natureza ao passo que modifica a si mesmo.⁸

No entanto, ao analisar o que ocorre com o processo de trabalho dentro dos parâmetros do modo de produção capitalista, a relação entre o homem e a natureza aparece envolta por uma névoa misteriosa que dificulta a sua identificação. Ao passo que o trabalhador, executor do processo

de trabalho, torna-se uma mercadoria, o processo produtivo assume um caráter dual. Como processo de trabalho, não deixa de ser um processo de criação em que o homem imprime sua força de trabalho na natureza para a realização de suas potencialidades, como um meio de humanização e socialização do ser humano. No entanto, ao mesmo tempo, como processo de valorização, assume uma forma social e historicamente determinada pelas bases em que se gesta o modo de produção capitalista, ancoradas na espoliação dos meios de produção e na transformação da força de trabalho em assalariada⁹, e que constituem o arcabouço histórico da alienação e da desumanização do homem durante e por meio do processo de trabalho.

Como fator de produção inerente à valorização do capital, a força de trabalho é vinculada a um processo produtivo que não lhe pertence, empenhada na produção de um produto que lhe pertence menos ainda. A lógica capitalista transforma o produto do trabalho humano em trabalho estranho¹⁰, na medida em que o homem não enxerga, no produto do seu trabalho, o seu próprio corpo. E, então, o duplo caráter do processo de produção reside no fato de que, como processo de trabalho, ele permanece sendo meio de integração à natureza, mas, como processo de valorização¹¹ do capital, configura-se como alienante, na medida em que torna o sujeito do processo, o trabalhador, alienado (i) ao

⁷ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; Livro I: o processo de produção do capital. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, cap. 5, p. 255-275.

⁸ MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

⁹ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; Livro I: o processo de produção do capital. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, cap. 4.

¹⁰ MARX, Karl. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Tradução de Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

¹¹ MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; Livro I: o processo de produção do capital. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, cap. 5, p. 255-275.

processo de produção, (ii) ao produto do seu trabalho, (iii) a si mesmo e (iv) ao outro. Assim, as relações sociais de produção capitalista, em plena obediência ao deus-capital, limitam a forma que o homem possui de relacionar-se com a natureza ao processo alienante de trabalho subordinado à valorização do valor. Trata-se de uma fenda metabólica entre o homem e a natureza.

Além disso, para compreender a crise ecológica que se desenvolve no modo de produção capitalista, faz-se necessário compreender a reificação e a mercantilização da natureza. Desde o princípio, a produção capitalista esteve empenhada na exploração contínua e permanente das fontes originais de toda a riqueza - o solo e o trabalhador.¹² Em primeiro lugar, cabe compreender que o movimento do capital não consiste em uma mera busca pelo excedente, mas em uma busca incessante pelo excedente; a Lei do Valor parece sussurrar sempre ao pé da orelha do capitalista: “Continue”.¹³ Nesse sentido, o processo de reificação da natureza trata-se de um processo necessário para torná-la objeto de exploração pelo capital, seja como objeto de consumo ou meio de produção. A instrumentalização da natureza em função da acumulação de capital é estabelecida sob moldes despreocupados e alheios à manutenção da biodiversidade e às relações mútuas entre a humanidade e a natureza não humana. O motivo é evidente: a acumulação de capital é um fim em si mesma; ela não se preocupa em ser sustentável à natureza e/ou à

vida humana - embora sua perpetuação dependa de ambos.

A crise ecológica, historicamente gestada no bojo do processo de acumulação capitalista, constitui uma ameaça real à vida humana, mas que parece não estar sendo levada suficientemente a sério. Sob os moldes de exploração da natureza atuais, a possibilidade de que a civilização humana sobreviva a um colapso ambiental é mínima.¹⁴ Mesmo assim, as saídas convencionais à crise, retoricamente difundidas entre os países, estão vinculadas a uma suposta ação estatal ou à atuação do capital privado para a contenção das tendências de declínio da vida humana e da natureza, mas o fato é que o Estado tem atuação limitada pelos interesses da classe dominante, e o capital, por sua vez, é o grande maestro da orquestra da decadência social e ambiental.

Por fim, a crise ecológica não pode ser dissociada das inúmeras contradições imanentes ao modo de produção capitalista, cujos moldes estão, intrinsecamente, vinculados à exploração alienante da força de trabalho e degradante da natureza. A contradição entre capital e natureza, marcada por uma tensão entre a necessidade de expansão da acumulação de capital e a exaustão dos recursos naturais, torna-se cada vez mais evidente. Logo, a dissolução dessa contradição e a superação da crise ecológica, efetivamente, poderia ser realizada por meio da superação do modo de produção que a forjou, a partir de uma nova relação social de produção, que permitisse uma outra forma de manipulação do homem

¹² FOSTER, John Bellamy. Marx's Ecology. **Revista NEILS**, v. 28, p. 55-78, 2020. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.28/john-bellamy-foster.pdf>.

¹³ MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1, cap. 4.

¹⁴ Bologna, M., & Aquino, G. Deforestation and World Population Sustainability: A Quantitative Analysis. **Scientific Reports**, vol. 10, no. 1, 2020. Nature. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-63657-6>. Acesso em: 30 ago. 2024.

sobre a natureza. Mas os tempos são sombrios e, como bem disse Mark Fisher, “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”.

Resenha Econômica

Qual é o X das redes sociais?

Arthur Mariano Soares e Maria da Graça Gomes Caneva



Gilmar Fraga: Xwitter... Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2024/04/gilmar-fraga-xwitter-clurm6dmo00gz013ffhnoi2a.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

Em 31 de agosto, a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de suspender o X (antigo Twitter) surpreendeu os mais de 22 milhões de usuários brasileiros ativos da plataforma.¹⁵ A medida reflete o crescente embate entre o ambiente digital e o sistema jurídico, uma vez que as diretrizes que regulam a rede social não condizem com as normas constitucionais do país. Em razão disso, a iniciativa do ministro evidenciou a gravidade das infrações e a urgente necessidade de ações mais rigorosas para assegurar a soberania nacional, o cumprimento das normas e promover o uso responsável do espaço virtual. Além disso, essa decisão ilustra a complexidade crescente de regular o ambiente digital, no qual as regulações

nem sempre acompanham o ritmo acelerado das transformações tecnológicas e sociais.¹⁶

Criadas com o potencial de transformar o debate público, as redes sociais pareciam ser um meio de comunicação mais democrático, livre dos limites impostos pelas grandes corporações midiáticas, intimamente alinhadas aos interesses burgueses. A princípio, as plataformas digitais abriram novos espaços de participação política e permitiram que movimentos sociais e políticos amplificassem suas demandas. No Brasil, essa dinâmica das redes sociais se intensificou ainda mais durante as Jornadas de Junho¹⁷ no ano de 2013, quando milhões de brasileiros foram às ruas em todo país, inicialmente, em razão do aumento das tarifas do transporte público. No entanto, isso serviu apenas para revelar a insatisfação da população, ainda que difusa, quanto à qualidade dos serviços públicos, à lisura dos gastos públicos e da própria democracia no país. A partir da alta adesão popular às manifestações, a classe dominante começou a legitimar e apoiar os protestos, direcionando-os a favor de uma agenda de reformas pró-mercado. O período representou

¹⁶LIMA, Ana Gabriela Oliveira. **Em cinco pontos, entenda a suspensão do X no Brasil.** Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/31/entenda-a-derrubada-do-x-no-brasil-o-que-esta-valendo-e-o-que-esperar.ghml>. Acesso em: 11 set. 2024.

¹⁷MELLO, Daniel. **Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos.** Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-06/junho-de-2013-entenda-o-cenario-de-insatisfacao-que-levou-a-protestos>. Acesso em: 21/09/2024.

¹⁵REDAÇÃO. **Mais que uma rede: Twitter foi queridinho da publicidade brasileira.** Forbes. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mkt/2024/08/mais-que-uma-rede-tw-itter-foi-a-queridinha-da-publicidade-brasileira/>. Acesso em: 10 set. 2024.

um marco na forma como a política começou a ser disputada dentro do ambiente digital, com destaque para o *facebook* que foi muito utilizado na organização das manifestações e na fomentação dos debates públicos.

Desse modo, à medida que o espaço das redes sociais se consolidava como o novo palco dos debates políticos, diversos grupos conservadores e neoliberais, representantes da classe capitalista, organizaram-se de forma estratégica. Com o auxílio de *Think Tanks*, — instituições voltadas para a produção intelectual e ideológica — esses grupos construíram um aparato robusto de disseminação de seus ideais, fundamentais para a reprodução da hegemonia da classe dominante. Essa atuação nas redes sociais é sutil, mas poderosa, assim ao se posicionarem como fontes confiáveis e objetivas de conhecimento, os *Think Tanks*, moldam a opinião pública de maneira quase imperceptível. Ao mesmo tempo, muitas vezes conseguem mascarar sua verdadeira natureza: defensores de uma agenda que perpetua desigualdades e protege os interesses da classe dominante.¹⁸

Com isso, *Think Tanks*, como o Instituto Millenium, o Instituto Liberal, o Instituto Mises Brasil e o Movimento Brasil Livre (MBL) não apenas fornecem base intelectual para o discurso conservador e neoliberal, mas também adaptam suas mensagens ao formato viral e emocional das redes sociais, criando um ecossistema digital que amplia o alcance dos ideais da burguesia. Tal articulação contribui para consolidar um discurso hegemônico que dificulta a emergência de alternativas que desafiem o *status quo*, criando um

ambiente digital onde as opções políticas são limitadas a uma visão de mundo que favorece as elites econômicas e políticas.

As plataformas digitais, ao se posicionarem como neutras e defensoras de uma liberdade irrestrita de expressão, escondem que estão efetivamente favorecendo grupos que exploram essa lógica para difundir desinformação e discursos extremistas. No Brasil, esse mecanismo foi particularmente explorado pela extrema direita, que utilizou o *Twitter* como um dos espaços centrais para disseminar seu sistema de comunicação, mobilizando sua base e inundando o debate público de discursos socialmente reacionários e economicamente pró-austeridade. A capacidade dessas empresas de mobilizar e engajar seus seguidores de maneira eficaz não apenas intensificou o clima de confronto, mas também desempenhou um papel crucial na eleição de Jair Bolsonaro, no ano de 2018, em que a campanha do presidente eleito se beneficiou significativamente desse processo, utilizando as redes sociais para expandir seu apoio e impactar a opinião pública de forma decisiva.¹⁹

Desse modo, a aquisição da empresa pelo bilionário Elon Musk no ano de 2022, em uma transação avaliada em R\$ 235 bilhões²⁰, reforçou ainda mais essa tendência, consolidando a plataforma como um campo de batalha ideológica, no qual a retórica de liberdade de expressão é

¹⁹ GAMA, Sophia. **Guerra de desinformação: as fake news nas eleições de 2018**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/guerra-de-desinformacao-as-fake-news-nas-eleicoes-de-2018>. Acesso em 15 set. 2024.

²⁰ REDAÇÃO. **Elon Musk e Twitter: a cronologia da primeira negociação até a compra da rede social**. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/10/28/elon-musk-e-twitter-a-cronologia-da-primeira-negociacao-ate-a-compra-da-rede-social.ghm>. Acesso em 11 set. 2024.

¹⁸ HAUCK, Juliana C. R. **Think Tanks: Quem São, Como Atuam e Qual seu Panorama de Ação no Brasil**. Belo Horizonte, 2015. 198 p.

usada para justificar a desregulação e a disseminação de conteúdos que criam uma desconfiança generalizada em relação às instituições democráticas e à ciência. A disseminação dessas narrativas é frequentemente coordenada por redes de *bots* — programas de computador projetados para executar tarefas automatizadas e repetitivas — e grupos de “influenciadores digitais”, que utilizam algoritmos e técnicas de viralização para difundir suas mensagens.

Como resultado, essas empresas não apenas se tornaram gigantes econômicos, mas também se estabeleceram como agentes centrais no debate político, moldando o comportamento dos eleitores e a dinâmica das campanhas eleitorais. A influência das *Big Techs*²¹ sobre o debate político, o desenvolvimento tecnológico e a estabilidade financeira revelam um padrão de concentração de poder que compromete a equidade desses setores. Esse poder concentrado permite que essas corporações influenciem as práticas e políticas que exacerbam desigualdades e fragilidades que impactam a sociedade como um todo.²²

À vista disso, o Estado atua como facilitador desse processo, especialmente, ao adotar uma postura de desregulamentação em áreas essenciais, como a economia e a comunicação. Assim, ao adotar políticas neoliberais, o Estado foi progressivamente renunciando seu papel de regulador e mediador das relações econômicas e sociais, o que permitiu que corporações e grupos

privados ganhassem mais autonomia e poder. Esse processo foi fundamental para o crescimento das *Big Techs*, que se beneficiam da ausência de regulamentações rígidas sobre coleta de dados, publicidade digital e controle de conteúdo nas redes sociais.²³

Nesse sentido, esse quadro de desregulamentação foi essencial para a ascensão de grupos ultraconservadores e neoliberais, que utilizam as redes sociais de maneira estratégica, aproveitando-se da lógica de funcionamento das plataformas e da ausência de intervenções do Estado, para manipular o conteúdo, disseminar notícias falsas e propagar desinformação. O Estado ao mesmo tempo que precisa responder a pressões populares por mais regulamentação, transparência e justiça, atua também como guardião dos interesses da classe dominante, protegendo as grandes corporações e garantindo que as redes sociais continuem sendo um espaço seguro para a acumulação de capital. Essa contradição reflete o papel do Estado capitalista: mediar os conflitos de classe, enquanto sustenta as estruturas que perpetuam a dominação da burguesia.

Dado o exposto, a ação judicial conduzida pelo Supremo Tribunal Federal representa apenas uma tentativa do Estado de limitar a ação do poder desmedido das *Big Techs*. Embora essas medidas judiciais sejam necessárias, o enfrentamento desse fenômeno revela um desafio de alta complexidade que vai além da ação do judiciário. Para mais, ainda que o Estado busque atuar em prol da soberania nacional, permanece intrinsecamente limitado pelas ferramentas de

²¹ Grandes empresas de tecnologia e inovação que apresentam dominância no mercado econômico.

²² Morozov, E. (2023). **Big Tech: A ascensão das grandes empresas de tecnologia e a transformação da política e da sociedade.**

²³ Idem.

dominação burguesa que o estruturam. Sendo assim, a tentativa do Estado em levar ao ambiente virtual as mesmas leis que vigoram no mundo real apenas atenua o poder desses aparelhos privados de se beneficiarem e lucrarem com a disseminação de discursos falsos e oportunistas.

Resenha Econômica

O coaching e a formação do neossujeito

Gabriel Matheus Ferreira Santos e Henrique dos Anjos Moura



Empresários de Artur Nogueira terão palestra gratuita para maximizar seus resultados. Disponível em: <https://correionogueirense.com.br/empresarios-de-artur-nogueira-terao-palestra-gratuita-para-maximizar-seus-resultados-correio-nogueirense/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Em um de seus romances, Jorge Amado narra a história de um grupo de viajantes que, a bordo de um navio, percorrem a costa baiana. Movidos por um sonho de riqueza e libertação da miséria, jovens esperançosos, indivíduos famélicos e idosos resignados dirigem-se a Ilhéus para o trabalho no plantio de cacau. Durante a travessia, uma lua vermelha como o sangue desponta no horizonte, erguendo-se como um presságio. Ela anuncia, em contraste cruel com a ilusão vendida, o destino que os espera: a exploração, o trabalho extenuante e, frequentemente, a morte.

Da tragédia à farsa, a história revela, quase um século depois, que o labor exaustivo segue sendo negociado em troca do desejo por prosperidade. Dentro desse contexto, o *coaching* emerge como um dos principais instrumentos para a perpetuação e o aprofundamento dessa dinâmica.

Nesse sentido, o *coaching* é uma prática conduzida por um indivíduo, o *coach*, que se apresenta como um orientador especializado em ajudar pessoas a alcançarem os seus objetivos pessoais e profissionais. Por meio de métodos que prometem alinhar a mentalidade do cliente aos seus objetivos, ele enfatiza a importância de desenvolver competências, superar crenças limitantes e criar hábitos que otimizem resultados em áreas como carreira, saúde, finanças e relacionamentos. Desse modo, a transformação pessoal é tratada como um processo individual de maximização, em que disciplina, foco e autogestão são vistos como fundamentais para alcançar resultados positivos. Embora frequentemente realizado em empresas por meio de palestras para seus funcionários, o *coaching* também é contratado por indivíduos que, muitas vezes, buscam de forma urgente melhorar sua condição financeira.

Essa prática tem se configurado como um dos principais instrumentos para a intensificação do grau e da eficácia da exploração do trabalhador. Introduzido no Brasil na década de 1970 e popularizado nos anos 2010²⁴ em sua atual forma, o *coaching* insere-se no contexto histórico do neoliberalismo. Tal período é uma expressão contemporânea do capitalismo que, indo além do

²⁴ VALDEMIR, Gabriel. *Coaching: Surgimento e origem*. Instituto Comprática, [s.d.]. Disponível em: <https://institutocompratica.com.br/coaching-surgimento-e-origem/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

liberalismo clássico, não apenas prega a palavra da mão invisível do mercado e do individualismo, mas também estende suas garras da dinâmica empresarial e da concorrência às entranhas de todas as áreas da vida humana, impondo uma lógica parasitária que submete cada aspecto da existência às suas normas, como se a própria vida devesse ser governada pela obsessão da competição e da eficiência²⁵.

Assim, se na história de Jorge Amado era necessário garantir, após as promessas iniciais de riqueza, a presença de um capataz para manter coercitivamente os trabalhadores em suas jornadas de exploração, hoje o trabalhador torna-se o seu próprio capataz. Ele obriga-se a si mesmo a continuar plantando cacau em meio à miséria, não por temer as consequências físicas ou o risco de uma miséria ainda maior, mas porque, inserido em um mundo cada vez mais competitivo, acredita que, para prosperar, basta apenas mais foco, disciplina e eficiência, transferindo para si toda a culpa por seu atual estado de penúria.

A esse indivíduo, os pesquisadores franceses Dardot e Laval nomeiam “neossujeito”. Trata-se da figura do ser humano como um ser empresarial, cujo desejo pela prosperidade é capturado em função da legitimação de uma conduta que, diante de um cenário de supressão cada vez mais intensa dos direitos trabalhistas, baseia-se na constante competição entre os indivíduos, razão pela qual este deve sempre procurar ser mais produtivo e maximizar os seus resultados, mesmo que para isso ele assuma riscos e responsabilize-se inteiramente por eles. Como dissera Margaret

Thatcher, “A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”.²⁶

Essas técnicas de sujeição, no entanto, por mais novas e eficazes que sejam, têm o mesmo objetivo desde os primórdios do capitalismo: transformar o trabalhador em uma mera mercadoria à disposição da acumulação de capital. Dessa forma, com o seu coração e a sua alma já conquistados, o neossujeito torna-se apto a submeter-se a um mercado de trabalho incerto e a ocupações precárias e exploratórias sem realizar qualquer contestação, mas, pelo contrário, cobrar-se e, em caso de eventual fracasso, responsabilizar-se.²⁷

Desse modo, essa subjetivação expande-se no cenário brasileiro junto às mudanças no mercado de trabalho. Esse discurso ganhou cada vez mais espaço a partir das políticas de redução de direitos trabalhistas características do neoliberalismo, como a Reforma Trabalhista de 2017, que, buscando uma pretensa autonomia para os trabalhadores, criou novas categorias instáveis de ocupação, como o trabalho intermitente. Na esteira de um crescimento desse tipo de ocupação, como Pessoas Jurídicas (PJs), Microempreendedores Individuais (MEIs), *freelancers* e autônomos, nos últimos sete anos, potencializam-se os conteúdos *coach* e motivacionais nas redes sociais, principalmente no *Instagram*, os quais têm promovido cada vez mais os “benefícios” de um empreendedorismo informal.

Os dados, entretanto, contestam tais aspectos positivos. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sete em cada dez trabalhadores

²⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O homem empresarial. In: _____. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 133- 156.

²⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. In: _____. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321- 376.

²⁷ Ibidem.

informais no Brasil gostariam de ter carteira assinada. E mais: 44% dos autônomos recebem no máximo um salário mínimo, sendo a sua maioria negros²⁸. Nesse contexto, percebe-se que trabalho árduo ou mudanças no *mindset* não atendem às reais necessidades dos brasileiros precarizados, sendo o *coaching* apenas um mecanismo de legitimação da sua labuta e de manutenção da sua passividade diante desse cenário.

Além disso, uma das consequências mais perniciosas dessa forma de subjetivação é o adoecimento mental da sociedade. Uma *soft skill* sempre muito explorada pelos *coachs* é a chamada “inteligência emocional”, discurso esse que, disfarçado de resiliência, busca a instrumentalização dos sentimentos e a mobilização das emoções e relações em prol da produtividade. Essa dedicação integral (física, mental e emocional) para atingir a maior eficiência exaure e deprime os sujeitos, pois, como dito pelos autores, “a depressão é, na verdade, o outro lado do desempenho”²⁹. O sujeito neoliberal, cego pela lógica contábil, vê seu mundo ruir diante da realidade do fracasso e da insuficiência, e como se não fosse o bastante, ainda se vê atormentado pelos discursos de que deve trabalhar mais ou comprar algum outro curso na *internet*. O resultado é que, ao se submeterem às falácias daqueles homens-empresa “bem-sucedidos”, lança-se mão da experiência acumulada ao longo de suas vidas para emular o sucesso de outros por meio de estratégias mais imediatamente rentáveis, o que

contribui para o que Dardot e Laval chamam de corrosão da personalidade.

Apesar de tantos malefícios, o *coaching* não para de se popularizar no país, com a eleição de 2024 para a prefeitura de São Paulo sendo um claro indicativo desse fenômeno. Em uma disputa acirradíssima, o *coach* Pablo Marçal recebeu mais de 1,7 milhões de votos, e por pouco não disputou o segundo turno na cidade mais economicamente importante da América Latina³⁰. Sua campanha foi recheada de falas sobre “mentalidade empreendedora” e superação, as quais ganharam ressonância em uma sociedade marcada pela desigualdade e composta por indivíduos ávidos por ascensão social. Antes mesmo da eleição, Marçal já registrava milhões de visualizações no *Instagram* e no *TikTok*, sendo apenas um entre tantos outros que têm conseguido sucesso nesse ramo.

Tais *coachs* se utilizam da prerrogativa neoliberal de que cada indivíduo é um empreendedor em potencial³¹, incrementando seu discurso também com princípios religiosos e apelos emocionais a fim de impactar as massas. Carentes de alternativas, os brasileiros e brasileiras do outro lado da tela abraçam o neossujeito e se inserem nesse ciclo sem fim de produtividade e fracasso.

Diante desse cenário perverso, no entanto, não basta apenas recusar a lógica do neossujeito por meio da renúncia à autogestão e à concorrência com o outro. Conforme já se apontava em *A Ideologia Alemã*, as “ideias dominantes não são

²⁸ **Reforma trabalhista:** informalidade, autônomos e CLT, a luta por carteira assinada. UOL Economia, Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/26/reforma-trabalhista-informalidade-autonomos-clt-carteira-assinada.htm>. Acesso em: 23 nov. 2024.

²⁹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. In: _____. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321- 376.

³⁰ **Diferença de cerca de 55 mil votos deixa Pablo Marçal fora do segundo turno.** CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/diferenca-de-cerca-de-55-mil-votos-deixa-pablo-marcal-fora-do-segundo-turno>. Acesso em: 23 nov. 2024.

³¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O homem empresarial. In: _____. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 133- 156.

nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes”³², indicando que o neossujeito não surge ou desaparece apenas pelas dinâmicas dos micropoderes, ou, simplesmente, por qualquer vontade individual, mas pela manutenção ou pela ruptura das grandes estruturas materiais que moldam tais sujeitos. Sem isso, permanecerá a exploração sobre os modernos plantadores de cacau.

³² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Artigo

Trabalho fragmentado, direitos diluídos: a alienação neoliberal sob o fenômeno da "pejotização"

Isabella Lima da Silva³³

RESUMO

Este artigo analisa o fenômeno da pejotização no contexto da mentalidade neoliberal, destacando seus impactos na precarização do trabalho e na alienação. A pejotização caracterizada pela substituição de contratos CLT por relações de prestação de serviços, transfere para o trabalhador a responsabilidade jurídica e tributária, enquanto as empresas reduzem custos e evitam encargos trabalhistas. A partir de uma revisão teórica, o estudo investiga como essa prática intensifica o processo de alienação, fragmentando os direitos e promovendo a individualização das responsabilidades. A análise mostra que a cultura do desempenho, aliada ao discurso meritocrático, naturaliza a exploração e culpa os indivíduos por suas condições, enquanto empresas se beneficiam da flexibilidade e da redução de custos.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Pejotização; Relações de Trabalho; Direitos Trabalhistas.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho têm passado por transformações significativas, impulsionadas pela globalização, pelas novas tecnologias e, principalmente, pela ascensão do neoliberalismo. A reconfiguração do trabalho gerou novas modalidades de contratação que, apresentadas como relações comerciais, acabam por configurar, na prática, vínculos empregatícios, nos quais a transferência da responsabilidade jurídica e tributária recai sobre o trabalhador.

A intenção, muitas vezes, é evitar os encargos e obrigações trabalhistas típicos da relação entre patrão e funcionário. Nesse cenário dinâmico, emerge com crescente projeção a “pejotização”, um fenômeno que se caracteriza pela substituição da relação de emprego tradicional (regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) por contratos de prestação de serviços, nos quais o trabalhador é compelido a se formalizar como pessoa jurídica (PJ) para exercer suas atividades. Embora sob o véu neoliberal da modernização e flexibilidade, essa modalidade de trabalho levanta questionamentos cruciais sobre seus impactos na experiência pessoal do trabalhador, em particular no que concerne ao conceito de alienação e fragmentação de essa modalidade de trabalho levanta questionamentos cruciais sobre seus impactos na experiência pessoal do trabalhador, em particular no que concerne ao conceito de alienação e fragmentação de seus direitos.

³³ Graduanda em História Licenciatura na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: isabella.silva.47@edu.ufes.br.

O presente artigo tem como objetivo central analisar as manifestações da alienação no contexto da pejetização, investigando como essa forma de organização do trabalho, marcada pela precarização e individualização das responsabilidades, intensifica sentimentos de estranhamento, perda de sentido e desumanização no trabalhador.

A justificativa para esta pesquisa reside na relevância social e teórica do tema, onde não só é uma estratégia empresarial para driblar os tributos, mas também redefine a experiência do trabalho para milhões de indivíduos. Compreender as nuances da alienação nesse contexto é fundamental para iluminar as consequências humanas e sociais dessa tendência, fornecendo subsídios para o debate público, para a formulação de políticas que visem a proteção dos direitos dos trabalhadores e a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e humanizado na contemporaneidade. Ademais, a análise da alienação na pejetização contribui para a atualização e o enriquecimento do debate teórico sobre esse conceito, confrontando-o com as novas realidades do mundo do trabalho no século XXI.

Em suma, este estudo aborda a problemática da fragmentação e precarização dos direitos trabalhistas, associada à perda de identidade e autonomia do trabalhador. Através de uma revisão da literatura sobre a temática, o objetivo é identificar as facetas desse conceito que se expressam de maneira premente no ambiente de trabalho influenciado pela mentalidade neoliberal. A investigação se deterá nos mecanismos pelos quais a pejetização pode comprometer a autonomia, a identidade e as relações sociais dos trabalhadores, contribuindo para a exacerbação da alienação.

1. O FENÔMENO DA PEJETIZAÇÃO

Conforme observado por Oliveira e Faria (2024), o fenômeno socioeconômico da pejetização ocorre quando trabalhadores, em vez de serem contratados de maneira regular sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são incentivados ou obrigados a se tornarem Pessoa Jurídica (PJ). Na análise da pesquisa, o incentivo por parte das empresas se baseia na promessa de salários mais altos, uma vez que elas não arcam com os encargos tributários e trabalhistas associados à contratação CLT. Dessa forma, o trabalhador abre uma empresa, em sua maioria como Microempreendedor Individual (MEI), e presta serviços para uma empresa contratante, supostamente sem vínculo empregatício tradicional. O termo 'pejetização', como detalham os autores, deriva da sigla 'PJ' (Pessoa Jurídica), e expressa um processo de transformação nas relações de trabalho, marcado pela substituição do regime formal da CLT pela contratação via pessoa jurídica. Nesse viés, o termo se popularizou no contexto brasileiro, e ganhou força na mídia e no meio acadêmico a partir da década de 2010, onde a prática ficou mais evidente, como apontam Oliveira e Faria (2024).

Em análise recente, Fraga e Emmel (2023) esclarecem que a expansão da pejetização no Brasil foi significativamente impulsionada por mudanças na legislação trabalhista, especialmente a partir da Reforma de 2017, que teve como objetivo declarado modernizar as relações de trabalho e aumentar a competitividade das empresas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conforme citado pelas autoras, observou-se um crescimento acelerado da

informalidade travestida de formalidade. Entre 2015 e 2021, o número de trabalhadores por conta própria com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) – muitos dos quais caracterizam-se como pejetizados – passou de 3,2 milhões para mais de 5 milhões.

A Lei nº 13.467/2017, resultante da Reforma Trabalhista, ao incorporar artigos da Lei nº 6.019/1974, promoveu mudanças substanciais na Consolidação das Leis do Trabalho. Destaca-se o estabelecimento de condições equivalentes entre trabalhadores terceirizados e contratados sem vínculo empregatício, o que facilitou tanto a terceirização quanto a contratação de Pessoas Jurídicas (PJ). Nesse contexto, o artigo 4º da CLT, introduzido pela Lei nº 6.019/1974, dispõe que os empregados de empresas terceirizadas devem usufruir das mesmas condições de trabalho que os empregados da contratante, embora não necessariamente dos mesmos salários e benefícios. Paralelamente, a introdução do artigo 442-B, preconiza que a contratação de autônomos, ainda que de forma contínua ou exclusiva, não configura vínculo empregatício (BRASIL, Lei nº 13.467/2017). Tais alterações legislativas reconfiguram o panorama das relações de trabalho, demandando análise crítica de suas implicações para a proteção dos direitos dos trabalhadores.

Fraga e Emmel (2023) argumentam que a convergência da globalização e do neoliberalismo tem remodelado as relações de trabalho, gerando um complexo de desafios. A busca por flexibilidade e competitividade, impulsionada por essas forças, frequentemente resulta na precarização e fragmentação do trabalho. A terceirização, a pejetização e a proliferação de contratos atípicos perdem os direitos trabalhistas conquistados, ao passo que a instabilidade e a insegurança se tornam cada vez mais presentes:

O que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo. Em todos os países, as práticas e as idéias neoliberais estão presentes e ativas. É claro que elas não se difundem de modo homogêneo; ao contrário, concretizam-se irregular e contraditoriamente (IANII, 1998).

Dessa forma, a crise empregatícia social – característica pelo crescimento do desemprego entrelaçada pela precarização dos contratos de trabalho – também contribuem para a disseminação da pejetização, juntamente com a mentalidade do empreendedorismo neoliberal, que se apresenta como uma solução para essa crise, mas normalmente mascara a subordinação às grandes corporações capitalistas. No setor empresarial de acumulação de capital³⁴, ao contratar trabalhadores como pessoa jurídica, as empresas conseguem burlar os encargos que a contratação pela carteira de trabalho (CLT) carrega consigo, como o FGTS, férias, 13º salário e verbas rescisórias. Sob esse viés, ao procurar abrandar os gastos, as empresas reconhecem essa estratégia como maior garantia de se manter no mercado globalizado e competitivo, que com cada vez mais tecnologias e avanços, se torna mais complexo de aderir.

Nesse modelo de trabalho, segundo Oliveira e Faria (2024), o indivíduo que atua por conta própria se encontra em uma situação onde, apesar de sua atividade ter características de emprego, ele é excluído

³⁴ O termo "acumulação de capital" tem sua origem no campo da economia política, especialmente associado ao pensamento de Karl Marx e sua análise crítica do sistema capitalista. A expressão é central na obra "O Capital" (1867), onde Marx desenvolve uma teoria sobre o funcionamento do capitalismo e como ele gera e reproduz riqueza.

das proteções legais e sociais asseguradas aos trabalhadores formais. A ausência de uma legislação que regule os salários — embora a relação de trabalho envolva remuneração — abre caminho para uma exploração intensificada. Isso ocorre porque os termos do contrato são definidos exclusivamente pela negociação individual entre o trabalhador e o contratante, seguindo as dinâmicas do mercado de trabalho.

A esse respeito, destaca-se a pesquisa elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2022), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual evidencia um aumento significativo no número de trabalhadores por conta própria no Brasil. Entre o final de 2019 e o final de 2021, esse grupo apresentou um crescimento de 6,6%, enquanto o total de pessoas ocupadas no país aumentou apenas 0,2% no mesmo período. No entanto, esse crescimento vem acompanhado de desafios, como a precarização do trabalho, refletida na diferença de rendimento entre trabalhadores autônomos mais antigos e mais recentes, onde o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria que começaram o trabalho nessa posição nos últimos dois anos equivalia a 69% do recebido por aqueles que estavam nessa condição há dois anos ou mais (DIEESE, 2022).

Assim, um ponto importante a ser considerado é que uma parcela dos MEIs, embora registrados como empreendedores individuais, na realidade, atuam dentro de empresas. A pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019) indica que a migração de empregados com carteira assinada para a condição de Conta Própria com CNPJ (uma forma de pejetização) é limitada, variando entre 0,6% e 0,8%. Isso sugere que, embora o número de MEIs tenha aumentado, muitos não exercem uma atividade empreendedora genuína. Na realidade, continuam a ser trabalhadores pejetizados por empresas.

2. A LÓGICA NEOLIBERAL E A EROSÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

O neoliberalismo, um conceito multifacetado, remodelou as estruturas socioeconômicas globais a partir da década de 1970, atuando como uma reconfiguração econômica e política. Surgido como uma reação ao intervencionismo estatal e ao *welfare state*³⁵ no pós-guerra, esse modelo propõe uma reorganização da sociedade em torno dos princípios do Estado mínimo, livre economia de mercado e da competição. Esse rearranjo no sistema de acumulação de capital, motivado pela crise do fordismo³⁶ e choques externos, como a crise do petróleo na década de 1970³⁷, retomou e adaptou princípios do liberalismo clássico. No entanto, mais do que uma doutrina econômica, o neoliberalismo institui um sistema normativo que expande o pensamento mercadológico para todas as esferas da vida social, moldando desde a administração pública até a subjetividade individual. Segundo Dardot e Laval (2016),

³⁵ Modelo de organização social em que o Estado desempenha um papel ativo na proteção e promoção do bem-estar econômico e social dos seus cidadãos. Este modelo surgiu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em países da Europa Ocidental e em outras partes do mundo, como resposta às crises econômicas e sociais do período.

³⁶ Modelo de produção industrial que se baseava na linha de montagem, produção em larga escala e padronizada que visava a eficiência e o consumo em massa.

³⁷ Choque global causado pelo embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973 e pela Revolução Iraniana em 1979, que levaram a aumentos drásticos nos preços do petróleo. Isso gerou inflação, recessão e escassez de energia em países dependentes, expondo a vulnerabilidade das economias ocidentais. A crise acelerou mudanças na política energética, incentivando a busca por fontes alternativas e eficiência energética, além de contribuir para o surgimento do neoliberalismo.

a dinâmica do neoliberalismo vai muito além da dimensão material e econômica da vida humana, configurando-se como a expansão de uma mentalidade — uma nova razão do mundo — que transforma os indivíduos em autênticas “empresas de si mesmos”, subordinados, portanto, à lógica da competição e da autogestão.

O novo liberalismo define a interação entre o papel do Estado e da sociedade e promove a metamorfose das funções estatais. Esse redesenho dos Estados neoliberais se reflete no enfraquecimento das relações sociais, no aprofundamento das desigualdades e na transformação da subjetividade individual. A transferência de tarefas para entidades supranacionais ou para o mercado, sob o pretexto de eficiência, minimiza a intervenção estatal direta. No entanto, como observam Dardot e Laval (2016), o Estado não desaparece; ele se reconfigura para servir aos interesses das elites econômicas, comprimindo direitos sociais e compromissos cidadãos. Essa reconfiguração não é uniforme: enquanto o Estado intervém para garantir a estabilidade do mercado, ele se retira de áreas essenciais como saúde, educação e proteção social, exacerbando as desigualdades. A prática neoliberal se manifesta nas mentalidades da massa, a partir da lógica do consumo e do mercado, instigando a concorrência e individualidade em todos os aspectos sociológicos:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (Dardot e Laval, 2016).

Nesse recorte temático, destaca-se o incentivo a autovalorização e autogestão, nas quais as novas formas de contratação – como a pejotização – são estratégias bem aderidas aos trabalhadores, que não percebem a intensificação da força de trabalho, o aumento da insegurança laboral, a perda de proteções essenciais como as férias remuneradas, 13º salário e acesso à previdência social de maneira justa.

No mundo do trabalho, a precarização das relações laborais e a valorização da flexibilidade reforçam a ideia de que o indivíduo deve estar sempre disponível e em constante adaptação, sob o risco de ser descartado. Sob esse viés, a desconstrução dos direitos coletivos trabalhistas fragiliza os vínculos empregatícios, disseminando um discurso que transforma direitos que garantem segurança – mediante a relação entre patrão e empregador – em obstáculos ao crescimento econômico e ao desempenho pessoal. Standing (2017) identifica esse processo como central para o surgimento do ‘precariado’, uma nova configuração de trabalhadores marcada pela instabilidade, pela perda de proteção social e pela ausência de perspectivas de carreira. Segundo o autor, trata-se de um grupo submetido a condições laborais inseguras, contratos temporários e baixos salários, sem acesso pleno aos direitos civis, políticos e sociais. Assim, ao se deparar com um terreno fértil em momentos de crise econômica e social, o neoliberalismo se dissemina com discursos que buscam novas formas de acumulação a partir do discurso meritocrático, individualista e empreendedor.

A disseminação do neoliberalismo na sociedade ocorre por meio de mecanismos sutis, porém poderosos, como a mídia e a propaganda, que transformam valores, crenças e a própria noção de

identidade. A narrativa da meritocracia, amplamente difundida, exerce um papel central nesse processo, já que ela molda mentalidades ao criar a ilusão de que todos compartilham o mesmo ponto de partida e que o esforço individual é suficiente para superar obstáculos. No entanto, como argumenta Souza (2024), essa perspectiva ignora as desigualdades estruturais e os privilégios existentes, contribuindo para a naturalização das disparidades sociais. A meritocracia, longe de promover a igualdade, culpabiliza os indivíduos por suas condições socioeconômicas, internalizando a lógica neoliberal e transformando o fracasso em uma falha pessoal, e não em um problema sistêmico.

Como afirma Molitor (2024), no Brasil, a implementação de medidas neoliberais ganhou força principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, no contexto da crise da dívida latino-americana. Esse processo se aprofundou, culminando na ideologia do 'empreendedor de si mesmo', onde os trabalhadores são incentivados a se verem como 'pequenos empresários', o que acarreta uma significativa desproteção por parte do Direito do Trabalho e da seguridade social. Segundo a observação de Ibarra (2011), o neoliberalismo propõe "menos Estado, liberdades comerciais e de mercado, e a subordinação de objetivos sociais a critérios econômicos". No contexto brasileiro, isso se reflete nas crescentes privatizações de estatais que garantem serviços públicos e na priorização do equilíbrio fiscal em detrimento de políticas sociais. Portanto, essa internalização da lógica neoliberal é especialmente perversa em um país marcado por profundas desigualdades, onde a falta de oportunidades é frequentemente interpretada como uma falha pessoal, e não como um problema estrutural.

3. MENTALIDADE NEOLIBERAL E A CULTURA DO DESEMPENHO

A mentalidade neoliberal, que vai além de uma doutrina econômica, está intrinsecamente ligada a fenômenos de precarização do trabalho, nos quais os indivíduos internalizam a lógica do mercado e da competição. Sob essa ótica, a cultura do desempenho se fundamenta como um dos pilares da racionalidade neoliberal, onde a competição se torna um valor central, transformando os diversos aspectos da vida em um campo vasto de produtividade. Ademais, no ambiente de trabalho, isso se manifesta por meio de avaliações de desempenho e metas excessivas, e uma pressão constante por resultados, como observa Byung-Chul Han (2025) em "Sociedade do Cansaço". A cultura do desempenho, na esfera pessoal, manifesta-se através de uma valorização excessiva da produtividade e de um ideal de sucesso que impõe aos indivíduos a necessidade de autogestão e responsabilidade total por seus resultados, sejam eles positivos ou negativos. Essa lógica, que naturaliza a exploração e a precarização do trabalho, encontra eco na abordagem do documentário "Estou me Guardando Para Quando o Carnaval Chegar" (2019):

A população de Toritama, dependente do capitalismo neoliberal latino-americano, coloca o seu limite para esse sistema: não há, ao menos na abordagem do documentário, reclamações ao trabalho diário de doze ou treze horas; existe orgulho na precarização disfarçada de flexibilidade (MALHEIROS, 2020).

Todavia, o conceito de alienação, originalmente desenvolvido por Marx, refere-se ao processo no qual o trabalhador se desvincula do controle sobre o fruto do seu trabalho, tornando-se estranho a si mesmo

e à sua atividade produtiva. Em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*⁶, Marx explica que o trabalhador se vê afastado do produto de seu trabalho, o que faz com que ele se torne uma "coisa" para si mesmo (MARX, 1844). Essa alienação assume novas dimensões no contexto neoliberal, que se ampliam pela precarização do trabalho e pela transformação do trabalhador em uma "empresa", como ocorre na pejetização. Ao serem incentivados – ou até mesmo obrigados – a se tornarem MEIs ou pessoas jurídicas (PJ), os trabalhadores passam a assumir riscos que antes eram responsabilidade das empresas, como a falta de renda em períodos de crise ou a ausência de benefícios sociais. Essa dinâmica reforça a individualização das responsabilidades e fragiliza os laços coletivos, substituindo a solidariedade pela competição.

Nesse contexto, o trabalhador é incentivado a se ver como proprietário de um "capital humano" a ser constantemente valorizado. Ele deve tomar decisões "esclarecidas", baseadas em cálculos individuais de custo-benefício, visando "fazer frutificar" esse capital. Seus resultados, tanto profissionais quanto pessoais, são atribuídos exclusivamente a suas decisões e esforços, sem garantia de compensação em caso de fracasso. Essa perspectiva culmina na individualização do destino, fragilizando os laços coletivos e isolando os indivíduos, o que dificulta a formação de uma consciência crítica e coletiva. O risco, antes de uma dimensão social amparada por políticas estatais, torna-se um "risco existencial", de responsabilidade exclusiva do trabalhador pejetizado, que deve buscar sua própria cobertura, como seguros privados. Essa transferência de riscos permite às empresas exigir maior disponibilidade e comprometimento de seus contratados.

Paralelamente, o aumento de transtornos como ansiedade, depressão e burnout estão diretamente relacionados à pressão por desempenho pessoal e a culpa pelo fracasso, como destacam Han (2015) e Standing (2011). A cultura do desempenho e a precarização do trabalho criam um ambiente de constante insegurança e cobrança, onde os indivíduos são levados ao limite físico e emocional.

Em muitos casos, os trabalhadores aceitam a pejetização com condições precárias de trabalho, como a pejetização, por necessidade econômica. Como observa Guy Standing (2011), em um contexto de instabilidade e desemprego, os indivíduos são forçados a escolher entre a precarização e a falta de renda. No entanto, a mentalidade neoliberal faz com que os trabalhadores internalizem a culpa por sua situação, atribuindo a responsabilidade de aceitar tais condições a si mesmos, ao em vez de questionar as práticas das empresas ou as políticas econômicas que perpetuam a precarização. Essa internalização é reforçada pelo discurso da meritocracia, que sugere que o sucesso ou o fracasso são resultados exclusivos do esforço individual, como critica Jessé Souza (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que a pejetização, enquanto fenômeno emergente no contexto neoliberal, revela uma profunda transformação nas relações de trabalho, e representa uma forma de precarização do trabalho que transfere para o trabalhador a responsabilidade jurídica, tributária e social, antes atribuídas às empresas. Esse fenômeno, embora apresentado como uma alternativa de modernização e

flexibilidade no mercado de trabalho, mascara um processo de precarização, cuja principal consequência é a exploração e a desproteção, fragmentando direitos e intensificando a alienação. Ao ser compelido a se tornar uma "empresa de si mesmo", o trabalhador se vê despojado de sua identidade coletiva e, conseqüentemente, sendo inserido em uma lógica individualista de competição e autogestão.

A Reforma Trabalhista de 2017 consolidou esse cenário, ao flexibilizar ainda mais os vínculos empregatícios, ampliando a terceirização e facilitando a contratação de pessoas jurídicas. Nesse contexto, a cultura do desempenho e o discurso meritocrático ganham força, culpabilizando o indivíduo por suas próprias condições de vida e apagando as desigualdades estruturais que sustentam a precarização. Dessa forma, a dificuldade de acesso a direitos básicos, como férias remuneradas e à previdência social, especialmente para aqueles inseridos no modelo da pejetização, expõe ainda mais os trabalhadores à vulnerabilidade, criando um ambiente de insegurança que se agrava em tempos de crise econômica.

A mentalidade neoliberal, ao transformar o trabalhador em "capital humano", uma expressão que reforça a ideia de que sua sobrevivência e bem-estar dependem exclusivamente de sua capacidade de se adaptar ao mercado e manter sua "performance", revigora a individualização das responsabilidades e fragiliza os laços coletivos, contribuindo para o aumento de transtornos psicológicos como ansiedade e *burnout*.

A pejetização, portanto, não é apenas uma questão econômica, mas também de saúde pública e bem-estar social. Ademais, a precarização das condições de trabalho, associada à ausência de um sistema de proteção social adequado, cria um ciclo contínuo de insegurança e sofrimento, especialmente para aqueles mais vulneráveis. A emergência de políticas públicas que resgatem a proteção dos direitos trabalhistas e garantam um equilíbrio entre a liberdade empresarial e os direitos fundamentais dos trabalhadores revela-se, portanto, uma urgência histórica.

Em síntese, esse estudo, ao destacar as contradições e os impactos da pejetização no contexto neoliberal, busca contribuir para o debate sobre as transformações no mundo do trabalho. Ao analisá-lo de maneira crítica, entende-se que esse fenômeno deve ser visto como um ponto de partida para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que, além de resgatar o papel do Estado na promoção do bem-estar-social, promovam uma mudança de paradigma em direção a uma sociedade solidária e mais igualitária. Para tanto, é imprescindível que se reexamine o modelo de trabalho contemporâneo, com objetivo de fortalecer os direitos dos trabalhadores, garantir um ambiente mais justo, e finalmente, assegurar que a dignidade humana seja o princípio orientador das relações de trabalho no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação trabalhista às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma abordagem pragmática para a intervenção do Estado: o caso brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 5-19, 1991.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Boletim Emprego em Pauta: trabalho por conta própria cresce com informalidade e menor rendimento*. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletim/empregoEmpauta/2022/empregoemPauta84.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- FRAGA, Juliana Machado; EMMEL, Adélia Marilene. O Neoliberalismo e o Crescente Mercado Informal de Trabalho: Os Processos de Pejotização e Uberização como Políticas de Possível Violação dos Direitos da Mulher. *Direito Público*, v. 20, n. 105, 2023.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. MEI, 2019. Disponível em: [mei_fgv.pdf](#). Acesso em: 18 mar. 2025. IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.
- IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 238-248, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.rep.org.br/>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. MEIs, 2022. Disponível em: [Meis_ibge.pdf](#). Acesso em: 18 mar. 2025.
- _____. *Plano tabular*, 2022. Disponível em: [plano_tabular_2022.xlsx](#). Acesso em: 18 mar. 2025.
- _____. *Tabela 1.1*, 2022. Disponível em: [Tabela_1_1\(1\).xlsx](#). Acesso em: 18 mar. 2025.
- MALHEIROS, M. R. ‘Estou me guardando para quando o carnaval chegar’: tempo, trabalho, resistência e sobrevivência no agreste pernambucano. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu, v. 4, n. 2, p. 240-252, jul./dez. 2020.
- NUNES, A. J. A. Neoliberalismo e Direitos Humanos. *Revista de Direito e Economia*, Coimbra, v. 98, n. 19, p. 423-462, 2003.
- OLIVEIRA, E. G.; FARIA, J. H. Novas formalidades do assalariamento no trabalho por conta própria e na pejotização da força de trabalho. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 11, n. 31, p. 642-678, ago. 2024.
- SILVA, F. A.; SANTAGUIDA, B. M. M. D.; FARIAS, A. A. Pejotização e parassubordinação. *Id on Line Revista de Psicologia*, [S.l.], v. 9, n. 27, p. 216-227, 2015.
- SOUZA, J. O pobre de direita. [S.l.]: Bookey, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bookey.com.br/>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autonomia Literária, 2011.

Artigo

Do Escambo ao Cartalismo: teorias monetárias em Keynes e Friedman e as particularidades metodológicas

Wallace Alves Cearense³⁸

RESUMO

A partir do desenvolvimento da teoria do escambo em contraposição a teoria cartalista da moeda, o presente trabalho pretende demonstrar como pressupostos metodológicos impactam diretamente a conclusão de cada teoria. Além disso, coloca também em comparação a perspectiva monetarista em relação à keynesiana sobre a política monetária, de modo a ressaltar possibilidades que favoreçam um melhor entendimento dos efeitos reais dos impactos da política econômica.

Palavra-Chave: Escambo; Cartalismo; Economia Positiva; Indutivismo.

INTRODUÇÃO

A metodologia escolhida como modo de exposição do raciocínio científico é o que dá ao autor as estruturas para apresentar a teoria. Mesmo quando algo não é dito ou não aparece diretamente para o leitor, não trata-se de um elemento irrelevante, pode na verdade se tratar da espinha dorsal da teoria explicitada. Dessa forma, para que possa ser afirmado que conhecemos algo, isso implica em conceituar um objeto de acordo com a sua generalização em meio a outros objetos da mesma espécie. Embora esse objeto tenha em alguma condição detalhes únicos, para chegarmos até a definição de que o objeto é conhecido, é necessário que suas diferenças sejam esquecidas, generalizadas e abstraídas. Assim, o método escolhido define como o objeto analisado será posto em contraposição a outra abordagem teórica, tendo uma compreensão muito clara sobre a impossibilidade de pairar sobre todas as teorias de maneira neutra.

No decorrer deste trabalho, será feita uma análise de diferentes visões sobre o surgimento do dinheiro, abordando os fundamentos metodológicos sobre a sua origem, de modo a compreender quais os pressupostos que estruturam essas diferentes visões, ao passo que também será explicada perspectivas para um melhor entendimento operacional da política monetária.

1. DA VISÃO CONVENCIONAL À ABORDAGEM CARTALISTA DA MOEDA

Para toda exposição há parâmetros metodológicos que estruturam logicamente a ideias iniciais que

³⁸ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura.

permitirão que o autor chegue a determinada conclusão.

Para a visão convencional que domina partes dos manuais e diversos departamentos de economia ao longo do mundo, a origem do dinheiro é sempre retratada a partir do escambo. Uma perspectiva herdada da célebre obra de Adam Smith, que tratou de sistematizar inicialmente a economia como ciência. Dessa forma, essa abordagem serviu como fundamento para que outros teóricos desenvolvessem diversos conceitos que permeiam a economia. Esse pressuposto é observado ainda nos capítulos iniciais da obra, de modo que o desenvolvimento lógico subsequente deriva desta afirmação, quando simplificada, o autor forma a sua explicação a partir do pressuposto de que os indivíduos possuem propensão natural a troca:

Certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra. [...] essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais, que não parecem conhecer nem essa nem qualquer outra espécie de contratos (SMITH, p. 89).

Descrito a partir do exemplo do açougueiro e do padeiro, Smith parte de subterfúgios metodológicos subjetivos sobre a natureza humana, que permitem isolar os indivíduos em torno de interesses particulares, os quais são atendidos no mercado, mesmo sem demonstrá-los. A partir da divisão do trabalho, o açougueiro produz um excedente com menor valor de uso que pode ser permutado pelo excesso de cerveja produzida pelo cervejeiro ou pela unidade a mais de pão feita pelo padeiro. Nessa lógica permutativa, emerge a necessidade de uma mercadoria autônoma para simplificar essas relações de trocas, de modo que inicialmente essas mercadorias são levadas ao mercado para serem trocadas por dinheiro, a mercadoria historicamente eleita, posteriormente trocada pela cerveja ou pelo pão que deseja obter o açougueiro.

Esses fundamentos explicitam a visão convencional sobre o surgimento do dinheiro de um ponto de vista escatológico, onde a sociedade primitiva, organizada no escambo, dá um salto evolutivo em degraus ao longo do processo histórico, elegendo por consenso uma mercadoria que simplifica as relações de transação entre os indivíduos, lubrificando as trocas e dando agilidade e atendendo a uma suposta propensão natural dos indivíduos.

Pela importância de Smith para o estudo da economia como ciência, a obra mencionada influenciou posteriormente outras correntes do pensamento econômico, como a *neoclássica*, de modo que os economistas signatários desta tradição, adotaram ideologicamente sem contestação as suas hipóteses básicas, como a propensão natural à troca. Esse é o caso de Carl Menger ao descrever que os indivíduos progridem a consciência sobre os seus interesses pessoais, a ponto de desenvolver a troca como forma de aumentar cada vez mais a possibilidade de maximização desses interesses. Algo naturalmente instaurado na forma de raciocinar o mundo:

O dinheiro não é um produto da convenção dos homens engajados em atividades econômicas, nem um produto resultado de atos legislativos. O dinheiro não é uma invenção dos povos. Foram indivíduos, membros de um povo, que, aumentando a consciência de seus interesses econômicos, adquiriram também a consciência de que a troca de mercadorias menos vendáveis (por outras de maior vendabilidade) representa um progresso notável na busca de seus interesses econômicos específicos, e assim surgiu o dinheiro em

numerosos centros culturais independentes entre si, acompanhando o desenvolvimento progressivo do dinheiro [...] (Menger, p. 378).

Subjacente aos pressupostos de Menger está uma visão de que o surgimento do dinheiro advém dos interesses econômicos e das necessidades dos seres humanos, progressivamente e historicamente determinado. Ele aparece como forma de sanar a necessidade de, no mercado, encontrar no ato do intercâmbio das mercadorias alguém que queira trocar a mercadoria A pela mercadoria B. Dessa forma, o dinheiro emerge como a mercadoria eleita para eliminar a dupla coincidência dos desejos para efetivação das trocas de objetos com baixo valor de uso para ambos trocadores. Ou seja, não há a necessidade de que dois comerciantes tenham objetos que interessem um ao outro simultaneamente quando surge a mercadoria-dinheiro, seja qual forma for. Nesse sentido, Smith A *Riqueza das Nações* (1776), assim como Menger no *O Principles of Economics* (1871) e no *Investigations into the method of the social sciences* (1883), explicam os fundamentos do dinheiro a partir de uma determinação específica sobre a natureza humana, hipótese fundamental para o desenvolvimento da teoria desses autores. Em outros termos, há de se perceber um esboço estratégico de metodologia *indutivista*. Na forma como exteriorizam pressupostos particulares para uma ideia de caráter geral, a ponto de generalizar uma visão específica sobre a natureza humana e o seu modo de se reproduzir em sociedade para todas as comunidades existentes, mesmo essa visão não sendo observada, como será descrito posteriormente.

Parte dos economistas estão convencionalmente habituados a analisar a dinâmica econômica sob esta lógica, composta por características subjetivas, como o naturalismo das trocas, da busca também natural do progresso/maximização dos interesses econômicos dos indivíduos. Há uma valoração dessa concepção lógica descrita por Menger, do tipo: o dinheiro emerge progressivamente das relações de escambo, perpassando pela forma *dinheiro-gado* nos tempos de Homero, até chegar nos metais de uso corrente devido às suas propriedades físicas e de baixo custo, descritas como forma de expressar o desenvolvimento escatológico desta teoria (Menger, p. 378).

Essa lógica convencional sobre o dinheiro e a sua origem, onde imagina-se que a partir dessas características inatas dos indivíduos, 20 galinhas são trocadas por uma vaca em qualquer canto da Terra, apaga as relações sociais existentes entre diferentes povos, e a possibilidade de descrever os fenômenos próximos da realidade concreta sobre a real forma de organização das sociedades, como é o caso dos *gunwinggus* e dos *enhambiquaras*, dando um outro sentido para a sua reprodução como sociedade organizada sob parâmetros próprios, atrelados a guerra, paixão, aventura etc (Graeber, 2016, p.43). Portanto, nessa visão, há um curto-circuito histórico no seu arcabouço explicativo. Uma lacuna que, na verdade, dá as bases metodológicas para a explicação da teoria que domina a maior parte do estudo em economia *mainstream* mesmo com as suas limitações explicativas para descrever como os fenômenos da economia ocorrem.

Por outro lado, há outra forma de observar o mesmo fenômeno, que busca na interação social e na capacidade discricionária do Estado uma explicação alternativa, a partir de possíveis atos sociais que Menger decidiu não investigar. Esse é o caso da *teoria Cartalista*, que viu nas talhas das sociedades

palacianas antigas uma outra perspectiva, de modo a inverter completamente a lógica de observação das origens do dinheiro. Uma talha era emitida pelas autoridades que frequentemente necessitavam de impor legislação forçosamente, de modo a coagir a população com severas penalidades a usar esses instrumentos que desenvolviam características e formas da moeda (WRAY, p. 63-64). Essa dinâmica foi observada no cerne da organização militar dessas sociedades palacianas que necessitavam de algum lastro para a realização do comando sobre mercenários para atividades de guerra. Emitia-se, então, as talhas como uma maneira de pagar pelos serviços militares prestados por mercenários. Após isso, passavam a circular de modo secundário nessas sociedades, servindo como meio de troca nas casas de compensação ou unidade de conta para saldar tributos com as autoridades:

Em vez de tentar localizar as origens da moeda num suposto mercado primitivo originalmente baseado no escambo, situamos suas origens no desenvolvimento da antiga comunidade palaciana, que era capaz de impor obrigações tributárias a seus súditos (WRAY, p. 61).

Nesse sentido, os economistas signatários da abordagem convencional olharam para essas casas e viram simplesmente o escambo e sustentaram todo o arcabouço dessa teoria em torno de hipóteses não verificadas. Consequentemente, essa visão ignora toda a natureza imbricada por trás das relações de poder das autoridades, representada a partir da emissão das talhas e o seu poder coercitivo para determinar a sua circulação. Logo, há poucos relatos de teorias tão fortemente refutadas e que mesmo assim se mantiveram intactas, e esse é o caso do convencionalismo sobre o surgimento do dinheiro, o qual se estivesse interessada em compreender os fatores históricos que embasam, na realidade, a sua emergência, pela natureza do curso forçado e legalmente estabelecido pela aceitabilidade do Estado como forma de saldar os tributos cobrados, teria fundamentos históricos para ser reescrita desde o início do século XX (GRAEBER, p.56), colocando por terra até mesmo os instrumentos e panoramas de modelos que fundamentam as decisões de política econômica, os quais se baseiam em funções específicas que perfaz a moeda.

Se fossemos avaliar a descrição dessas duas abordagens sob o ponto de vista *popperiano*, quanto à evolução das teorias científicas, o caso supraescrito demonstra uma incongruência. Por mais que a teoria do escambo seja fácil e logicamente intuitiva no encaixe sobre a observação e a decorrência da sua explicação, a ciência não deve percorrer por caminhos estreitos que impossibilite modificações por outras teorias, pois ocorre sempre a possibilidade de surgimento de uma teoria que a contradiga (CHALMERS, p. 81). Além disso, a forma como as teorias nas ciências sociais, sobretudo em economia, resistem a proposições teóricas de outras abordagens é fonte dos problemas que as distanciam da realidade, devido às limitações da realização de testes que possibilitem a constatação da veracidade dessas hipóteses modificadoras. Assim, resta apenas o bom senso e a honestidade de indivíduos e grupos de indivíduos quanto a adesão de diferentes perspectivas ao arcabouço teórico que está sendo atacado.

2. A LÓGICA DA POLÍTICA ECONÔMICA EM FRIEDMAN E KEYNES

Os pressupostos que fundamentam a Teoria Quantitativa da moeda (TQM) são longínquos e a construção deste arcabouço teórico contém elementos extremamente rudimentares dos aspectos fundadores do pensamento econômico. Desse modo, a fundamentação da TQM é dada no século XVI, ao apreender o funcionamento dos fenômenos ainda da idade média e das monarquias deste período. A TQM, tem como construção do seu núcleo a partir da dinâmica do sistema monetário desta época, partindo de visões ultra simplistas sobre os fenômenos econômicos, onde as autoridades recolhiam a massa monetária em ouro ou prata e devolvem para circular nos mercados com um percentual reduzido desses metais. Nesse sentido, essa teoria vigorou até o final do século XX, onde no seu arcabouço essa herança rudimentar foi conservada, e que influenciou os tomadores de decisões de política econômica e ainda persiste no imaginário popular quanto às medidas de expansão da base monetária e os efeitos dessa política sobre os preços relativos.

Conforme mencionado anteriormente, na perspectiva da TQM, a moeda é definida exogenamente pela autoridade monetária, que dá ao Estado um papel fundamental nesse processo por meio da política monetária, mesmo que inicialmente seja um sentido de expor as limitações no longo prazo de intervenção no lado real da economia. No modelo da TQM modificado por Irven Fisher e posteriormente desenvolvido por Milton Friedman, a base monetária é determinada fora do modelo, de modo que as variações no estoque de moeda, para os agentes surgem como um choque monetário. A formulação desse modelo é uma tautologia, ou seja, uma sequência lógica que permite prever as consequências econômicas, e o resultado matemático descrito de forma simplificada na equação:

$$MV = PY \quad (1)$$

M = total do papel moeda em poder do público;

V = velocidade de circulação do papel moeda em poder do público;

P = nível geral de preços;

Y = renda nominal;

$$\Delta M \rightarrow \Delta P \quad (2)$$

Sendo a velocidade da moeda e o crescimento da renda mantidos constante, de modo a assemelhar-se ao fenômeno físico da *lei da queda dos corpos* (FRIEDMAN, p. 177), nessa visão, um aumento da base monetária leva ao aumento direto dos preços, conforme descrito na equação (2). Em outras palavras, há um princípio metodológico de causalidade que expressa a *neutralidade da moeda* para interferir nas variáveis agregadas do lado real, restando apenas os efeitos inflacionários sobre o lado monetário.

Friedman escreve o artigo intitulado *A Metodologia da Economia Positiva* (1981) defrontando-se sobre problemas metodológicos da economia. Em sua dissertação, ao expor os argumentos do texto *The Scope and Method of Political Economy* (1891) de John Neville Keynes que separou o método da economia

em três frentes. Friedman versa sobre a dependência da *arte da economia* e *economia normativa* em relação a *economia positiva*. As duas primeiras tratam de como a economia deve ser, ou seja, segundo Friedman, essas duas formas se afastam do caráter científico. Disso, ocorre a necessidade das duas primeiras terem que partir de um certo conjunto de hipóteses da *economia positiva*. Sendo assim, as hipóteses dessa teoria assumem uma forma para se constituir um bom trampolim normativo que dá a direção preditiva da teoria. Essas hipóteses são substanciais para a realização de previsões ainda não observáveis sobre os fenômenos do mundo real que a teoria pretende explicar. Quanto maior a amplitude de fatos explicativos, maior será a validade da teoria (FRIEDMAN, p. 169). Essa é uma visão que dá a primazia de que quanto mais simples a teoria for para explicar os fenômenos, maior fecundidade ela terá. Dessa forma, o progresso da economia positiva deve subsidiar as diretrizes concretas para a realização de política econômica e o seu caráter normativo, sobre o que a economia deve ser e aos seus resultados ao final da esteira, mesmo que essa descrição tenha poucos mecanismos explicativos sobre a realidade e de como os fenômenos ocorrem no dia a dia.

Ao observar o modelo *monetarista*, o qual descreve os efeitos sobre a expansão da base monetária, é visível uma relação mecanicista, ao expor a trajetória do evento, ao passo que não explica os acontecimentos no espaço entre um ponto e o outro. Nesse sentido, sabendo que a procura e a oferta são as principais categorias para avaliar os preços relativos, de acordo com Friedman, não importa por qual motivo ocorra a elevação do nível dos preços, se esse aumento decorre de um fator específico da oferta ou de outro que exerça influência sobre a procura, tampouco quais são os seus mecanismos explicativos. Se em geral o aumento da base monetária leva ao aumento do nível dos preços, essa afirmação deve ser preservada na determinação de uma política monetária expansiva e isso basta para dar validade à teoria. Em outras palavras, mesmo partindo de pressupostos irrealistas, é o caráter preditivo da teoria que deve ser levado em consideração na determinação metodológica do *monetarismo*, dando o verniz *instrumentalista* realístico da *economia positiva*. Ou seja, de acordo com o exemplo da *lei da queda dos corpos* aplicado ao entendimento da economia descrita por Friedman, não importa as vicissitudes da pressão do ar se os corpos caem no vácuo numa velocidade relativamente constante, mesmo mínimas que sejam elas.

O motivo para essa conclusão, de acordo com o autor, verifica-se pela perspectiva de que os agentes não têm ilusão monetária, mesmo que no curto prazo haja algum impacto sobre a renda nominal, no longo prazo a racionalidade dos agentes com *expectativas adaptativas* permite que eles corrijam os efeitos iniciais da política monetária expansionista. Desse modo, o que ocorre é uma regressão à média do comportamento dos agentes, o que frustra a tentativa de impacto sobre a dinâmica econômica pretendida pela autoridade monetária. É como se o leiloeiro Walrasiano nunca parasse de trabalhar e os preços fossem ajustados quase que instantaneamente, o que expressa uma ineficácia da política monetária para influenciar positivamente a atividade econômica, tendo em vista os aspectos acomodativos dos agentes sobre os preços, quando há uma sinalização desse tipo de política ao prever essa relação direta entre a ação e os efeitos da política, segundo o paradigma monetarista.

Por outro lado, Keynes oferece mecanismos de complexidade para expandir a compreensão dos mesmos fenômenos analisados pela TQM, uma visão alternativa ao modelo, o qual é classificado pelo autor como extremamente simplista frente a complexidade do sistema econômico, apesar de toda a formalização matemática da teoria, como descrito no capítulo 21 da *Teoria Geral* (TG) ao tratar sobre os preços:

Grande parte da recente economia “matemática” não passa de um emaranhamento, tão impreciso quanto suas hipóteses iniciais, levando os autores a perder de vista, num labirinto de símbolos pretensivos e inúteis, as complexidades e interdependências do mundo real (TG, p. 281).

Na abordagem keynesiana, há uma ruptura com os parâmetros clássicos, especialmente quanto à Lei de Say. Isso permite avaliar a economia de uma maneira mais profunda, pela possibilidade de visualização de recursos ociosos no tempo ao rejeitar uma visão estritamente mecanicista, ao se diferenciar da abordagem convencional que vê na moeda somente um lubrificante das trocas. Além disso, para o autor a moeda se aproxima da perspectiva do *Cartalismo* como unidade de conta, no sentido de que o Estado permite que as suas dívidas sejam saldadas em um padrão de preços específico, algo que inverte completamente a lógica interpretativa. Além disso, a moeda também tem a propriedade de reserva de valor, o que possibilita que o poder de compra seja conservado no tempo e assim permitindo a existência de um paradigma que analisa a economia em equilíbrio mesmo sem a plena utilização dos recursos, diferente do caso particular, conforme a lei de Say.

Ainda na teoria keynesiana, as propriedades fundamentais da moeda apresentadas ataca de frente a TQM, pois, pela função de reserva de valor há a possibilidade de permutação de ativos entre ativos monetários e ativos reais no longo prazo, os quais podem impactar a dinâmica da atividade econômica, diferente do que apresenta o monetarismo, além de que o dinheiro entesourado por fora dessa perspectiva pode ser convertido em investimento em um momento subsequente, contrariando a hipótese da moeda constante:

A proporção entre o montante da demanda efetiva e a quantidade de moeda corresponde muito de perto àquilo a que frequentemente se denomina a “velocidade-renda da moeda” — excetuando-se que a demanda efetiva corresponde à venda cuja expectativa motivou a produção, e não à renda efetivamente realizada, e, de outra parte, corresponderá à renda bruta e não à líquida. Mas a “velocidade-renda da moeda” não passa, em si mesma, de uma expressão que nada explica. Não há motivo algum para esperar que ela seja constante, pois ela depende, como vimos na análise anterior, de muitos fatores variáveis e complexos (TG, p. 282).

Nessa linha, o que o modelo keynesiano pede é uma complexificação do processo pelos livres caminhos que o aumento da quantidade de moeda pode percorrer e pelas diferentes funções que ela perfaz. Dessa forma, a maneira como ocorre o ajustamento de preços é completamente o oposto da visão monetarista, destaca o lado real da economia no processo de determinação dos preços, por exemplo, pelo conflito distributivo no ajustamento dos preços relativos. Nesse sentido, o sucesso de uma política monetária expansiva depende também da resolução do conflito distributivo na relação entre preços nominais e preços reais, sendo que a depender da força dos sindicatos para barganhar o aumento do salário real a política perde força. Ou seja, a eficiência da política está vinculada ao aumento da fatia da renda dos empresários para ser convertido em investimento pela comparação entre a taxa de juros

vigente e a eficiência marginal do capital. Assim, Keynes no *capítulo* 13 da TG, aborda a introdução da moeda no seu modelo:

Introduzimos, assim, a moeda em nosso nexos causal e podemos ter uma primeira ideia do modo como as variações na quantidade de moeda intervêm no sistema econômico. Contudo, se nos vemos tentados a considerar a moeda como a bebida que estimula a atividade do sistema, não nos esqueçamos que podem surgir muitos percalços entre a taça e os lábios (KEYNES, p. 178)

Diferente de Friedman que expõe no monetarismo uma estrita relação de causalidade entre os fenômenos descrito anteriormente, a partir de um *indutivismo* apoiado nas leis da física, os indícios que se pode observar a partir de Keynes ao visualizar a lógica construtiva da TG, é de uma pluralidade metodológica. No entanto, há um auxílio especial do *método indutivo* dividido em duas partes: 1) *indução pura*: da qual a generalização é obtida pela multiplicação de casos particulares; 2) *indução por analogia*: que se caracteriza pelas semelhanças e dessemelhanças entre os objetos que levam a generalização. De maneira complementar, Keynes se coloca como investigador da economia e como agente econômico (TERRA e FERRARI, p. 11-12), além de utilizar de forma proveitosa as experiências observadas no processo histórico, algo que possibilita relacionar os aspectos econômicos com os fenômenos da realidade, complexificando a explicação sobre a ocorrência dos fatos e tornando-se fonte indispensável para entender e expandir o seu entendimento e ser base para o desenvolvimento de novas teorias.

A incerteza é ponto central da teoria keynesiana, que oferece sustentação para a lógica desenvolvida na TG, pela impossibilidade de realização de cálculo probabilístico de fenômenos como se ocorrerá uma guerra mundial em 10 anos e quais serão as suas consequências sobre a economia. Isso significa que, a maneira como Keynes apreende a verdade no seu arcabouço teórico segue uma lógica oposta de Friedman, pois não descreve as ocorrências dos efeitos da política econômica como verdade inequívoca, do tipo — a expansão da base monetária leva ao aumento dos preços —, mas deixa em aberto as modificações futuras, pela perspectiva probabilística de que o Sol pode ou não nascer amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?**. São Paulo: Brasiliense, 1993. FRIEDMAN, M. A metodologia da economia positiva. Edições Multiplic, 1 (3), fev. 1981.
- FERRARI Filho, F.; TERRA, F. H. B. **Reflexões sobre o método de Keynes** (2016). Revista de Economia Política, vol. 36.
- FRIEDMAN, M. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic, 1 (3), fev. 1981.
- GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Juro do Emprego e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Tomo I.
- MENGER, Carl [1871]. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WRAY, Larry Randall. **Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços**. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.

Relatos dos Petianos

O que é ser petiano?



Ana Carolina de Paula Simões

Ser petiano é viver a universidade na possibilidade que ela entrega de formação cidadã e colaboração com a comunidade local. Nesse percurso, as atividades relacionadas à extensão deram um grande sopro transformador em mim. Repito aqui as palavras da minha amiga Gabriela Morozini no evento do PET itinerante no campus de São Mateus em 2024 “A extensão surge como um compromisso social da universidade com as classes populares”. Diante disso, entre as atividades de caráter extensionista marcantes que participei, gostaria de citar uma.

Apresentamos o teatro do oprimido para a ocupação Chico Prego no centro de Vitória, o que gerou diversas conversas sobre moradia no espaço urbano. O enredo do teatro gira em torno de temas como violência doméstica, educação e exploração do trabalho. Minha experiência no PET foi especial, pois estive ao lado de colegas e amigos que foram essenciais para a minha formação como economista e pessoa. Em relação à pesquisa proporcionada pelo PET, desenvolvi temas que me inquietam relacionados à economia, movimentos sociais e sobre a proibição da cannabis. Por fim, eu gostaria de prestigiar o nosso companheiro, o professor Vinícius Pereira, tutor do programa em quase todo o meu tempo de permanência, que guardo enorme admiração.



Arthur Mariano Soares

Ingressei no curso de Economia em 2023 e fui apresentado a diversos grupos de pesquisa, entre eles, o Programa de Educação Tutorial (PET). No início, eu pensava que compreendia, ainda que superficialmente, o que era ser um petiano. A imagem que vinha à cabeça ao ver o PET, por uma perspectiva externa, era de que consistia em um grupo formado por alunos e alunas que pretendiam seguir carreira acadêmica por conta das diversas atividades realizadas nesse

sentido. Apesar de não ter esse caminho como objetivo, naquele momento, participei do processo seletivo porque tinha vontade de passar mais tempo na universidade e vi no PET essa oportunidade. Ingressei no PET Economia Ufes no início de 2024 e a minha visão foi, aos poucos, se transformando conforme eu vivenciava o programa. Ao longo da minha trajetória percebi que ser petiano era uma construção. Para além da formação acadêmica de qualidade, pude realizar atividades marcantes como “Do Economês para o português” e “Teatro do Oprimido”, produzir conteúdos, participar de reuniões, entre outras experiências. Agora, como petiano egresso, vejo que essa vivência foi crucial para o desenvolvimento do pensamento crítico e do senso de coletividade, que, para mim, são características essenciais a todo petiano.



Carlos Eduardo de Oliveira Tonon

Definir um conjunto de experiências tão únicas e significativas para minha formação como cidadão engajado é algo desafiador. No entanto, uma palavra que sempre me vem à mente quando penso no que é ser petiano é transformar: transformar o ambiente acadêmico, a sociedade e, sobretudo, a si mesmo. O espaço proporcionado pelo PET para o desenvolvimento de debates conectados ao meio universitário e a fragmentos da sociedade historicamente marginalizados é algo raro, mesmo dentro da universidade pública, o que me acende uma fagulha

de esperança e resistência em meio a tempos tão sombrios. O que se vive dentro do programa vai muito além da simples teoria, é algo que toca o âmago do seu ser. É difícil imaginar alguém saindo do PET sem se sentir, de alguma forma, transformado. Todas as atividades das quais participei enquanto petiano me proporcionaram crescimento em múltiplas dimensões e me inseriram em espaços e discussões que jamais imaginei frequentar. Ainda que breve, meu percurso no PET deixou marcas profundas na minha trajetória como cidadão. Levo comigo cada experiência e aprendizado, certo de que contribuíram e contribuirão, dia após dia, para uma versão mais consciente, crítica e comprometida de mim mesmo.



Gabriela Morozini

Ser petiana, para mim, é estar em um processo de (trans)formação integral. Em um modo de produção alienante, permeado por uma lógica individualizante, ser petiana, para mim, em verdade, corresponde a atuar de forma anti-sistêmica. Até aqui, no Programa de Educação Tutorial e, em especial, o de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, ser petiana corresponde a aceitar um convite à coletividade, ao pensamento crítico embasado cientificamente, ao olhar atentos às vulnerabilidades sociais e à atuação sobre uma realidade social histórica e economicamente forjada para

explorar, segregar e violentar seres humanos. Ser petiana, para mim, portanto, é ser transformada em um processo que almeja (trans)formar.



Gabriel Matheus Ferreira Santos

Como petiano recém-egresso, recebi com alegria o convite dos meus colegas para integrar esta breve coletânea de textos que buscam relatar o que significa ser petiano. No entanto, considero que me limitar a falar apenas sobre o que é “ser petiano” seria insuficiente. Com o devido respeito aos colegas de outros grupos PET, é preciso afirmar desde já: este brevíssimo — e, portanto, insuficiente — texto trata da experiência única e transformadora de ser petiano do curso de Ciências Econômicas da UFES. Poderia me alongar sobre as

inúmeras vivências que, ao lado dos meus companheiros, me formaram academicamente e, sobretudo, humanamente. Mas, como não me cabe aqui o espaço, deixo como representante delas o relato do Teatro do Oprimido. Após meses organizando a atividade, decidimos realizá-la na Ocupação Chico Pregro. Nesse espaço de luta por moradia, encenamos uma peça sobre diferentes formas de opressão, brincamos com as crianças e ouvimos os relatos sobre a luta por um lar digno em Vitória. Ao final da atividade, já dentro do carro, meu tutor e amigo Vinícius me perguntou se eu havia gostado de participar. Respondi, sem hesitar, que aquela havia sido a melhor experiência que vivi no PET e na universidade. Ele sorriu, me abraçou e disse, antes de se despedir da tutoria: “Eu sabia que você ia falar isso”. Prometi dizer algo sobre o que é ser PET-Economia UFES, mas, caro leitor, temo não ter sido capaz de cumprir essa promessa. Deixo apenas este relato — porque o verbo é falho demais para transmiti-lo por inteiro.



Gustavo Gomes de Almeida

O PET, na minha perspectiva, simboliza um projeto do que a Universidade deveria ser para o povo brasileiro. A forma como o programa, em sua maior parte, relaciona o tripé acadêmico de ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva popular e crítica, é exemplar. Ser um membro ativo desse processo de transformação tem sido, e é, uma experiência fenomenal. Poder produzir ciência com excelência e voltada para a classe trabalhadora é uma oportunidade para pouquíssimos estudantes. Quem dera se a Universidade pública fosse um grande PET.

Nesse sentido, sempre pensamos no que é ser petiano como algo muito abstrato, mas, em termos práticos e materiais, ser petiano é se incomodar, se inquietar, estar constantemente em um processo de luta interna e externa, ao passo que temos, historicamente, defendido a existência do programa contra ataques à educação e ampliação da sua capilaridade ao redor do território nacional, também travamos a disputa interna para que a formação cidadã dos petianos e o seu horizonte de transformação social não se percam pela desmobilização e despolitização crescentes na comunidade acadêmica. Ser petiano, portanto, é dizer: "Comigo não, aqui as coisas não de mudar!"



Hemille Barbosa Uchôa

Ser petiana para mim vai muito além de fazer parte de um grupo na universidade, pois é estar inserida em uma experiência que une aprendizado acadêmico e compromisso social, uma chance de desenvolver conhecimentos que vão além do que se aprende em sala de aula. Isso significa estar sempre aberta a novas aprendizagens, vivências e ao desenvolvimento de habilidades importantes, como pensamento crítico, comunicação e trabalho em equipe, além de ser um espaço para crescer, trocar ideias e construir experiências.



João Henrique da Silva Nascimento

“E o que o ser humano mais aspira é tornar-se ser humano”.

Clarice Lispector

Nesses 21 anos de vida, estive envolto por diversas experiências que contribuíram para a contínua formatação do “novo eu”. Dos momentos mais ricos que pude experienciar neste pequenino lapso de tempo em que ponho meus pés neste mundo, o PET, com toda certeza, foi o suprasumo da mais pura modificação pessoal. Nesse sentido, o meu relato perpassa uma visão individual que exprime o mais puro felizardo de poder ter

participado deste programa durante quase 2 anos. A frase “ser petiano” se coloca, em minha percepção, como uma condição que, estando disposto a se entregar para as vivências que o programa pode te proporcionar, você consegue de fato ser humano. Então é isso que enxergo no Programa de Educação Tutorial quando penso: “o que é ser petiano”. Não é, e nunca foi, a atomização de ideias e experiências próprias. Nele, o ato de compartilhar as diversas jornadas de vida com diferentes partes da sociedade nos torna, como bem dito por Clarice Lispector, ser humano.



Kayky Barcelos de Oliveira

Ser petiano é um processo de desconstrução contínua daquilo que está posto. É entender as capacidades de ser um agente transformador da realidade, que atua de forma prática sobre a materialidade social. É pensar e repensar inúmeras vezes o seu papel para a comunidade interna e externa aos muros da universidade. Ser petiano é saber lidar com o diferente, com o igual e sobretudo, com aquilo que se considera desigual. O petiano deve estar empenhado sempre na busca por agir de forma coletiva e não somente coletiva, mas de forma totalizante. Quando ingressei no grupo PET, tinha como

objetivo o meu desenvolvimento pessoal e, para além disso, transformar minimamente a realidade dos meus próximos. Hoje, quase dois anos depois, enxergo que o PET tem poder para fazer muito mais do que um dia imaginei, desde que seja comprometido com repudiar e combater o que está posto. Desconstruir, desmistificar, desidealizar... Ser petiano é estar sempre na vanguarda de um “progresso” que expressa suas contradições até mesmo dentro do grupo PET. Por fim, que o PET Economia, de Reinaldo, Maurício, Vinícius e, agora, de Everlam, jamais se apague enquanto agente que busca transformar a realidade. Vida longa ao PET Economia!



Maria Clara Alves de Brito

Não consigo definir bem o que é ser uma pessoa Petiana, é um processo que transforma e está sempre em transformação. Na minha mente, passam algumas lembranças e ideias sobre a dedicação de pensar o curso e a sociedade ao redor, de procurar como completar não só a própria formação mas a de todos os colegas de graduação. A dedicação de procurar formas de levar um pouco do que aprendemos para fora da universidade e como isso nos ensina mais do propomos a ensinar. Não há uma fórmula fixa que faça de uma pessoa

Petiana porém existe uma mudança na alma que eu viveria mil vidas só para ter essa experiência novamente.



Maria da Graça Caneva

Se há algo que posso afirmar com convicção, entre todas as coisas que buscamos desmistificar no PET Economia, talvez a mais desafiadora seja entender, de verdade, o que é ser um petiano. Quando entramos no programa, ainda muito novos, inseguros e imersos em um universo novo, estamos ocupados demais tentando aprender como realizar cada atividade, como ser útil, como ser um bom petiano. Nesse processo, ouvimos inúmeras vezes, e de muitos companheiros, que ao sair do PET não deixamos de ser petianos, nos tornamos petianos egressos.

Ao longo dos meus quase dois anos de programa, o PET atravessou — e continua atravessando — a minha vida em tudo, e é por isso que sei que nunca poderei deixar de ser petiana, já está marcado em meu peito. Ser petiano é muito mais do que aprender a realizar atividades que unem ensino, pesquisa e extensão. É um exercício constante de humanidade. É desenvolver o olhar atento, o pensamento crítico, a escuta generosa, o respeito e a empatia necessários para viver em sociedade. É cultivar dentro de si o senso de justiça social. É, quase sem perceber, se tornar um economista sério — e, com certeza, um ser humano mais inteiro.

**Rafael Barbosa Saldanha**

Ser petiano no PET Economia UFES é fazer parte de um espaço de construção coletiva, aprendizado mútuo e transformação constante. Mais do que pertencer a um grupo acadêmico, ser petiano é assumir o compromisso com a formação crítica, ética e cidadã. Ser petiano não é, necessariamente, ser marxista ou aluno de caráter produtivista. O PET é a promoção da diversidade de pensamentos e trajetórias, incentivando o debate plural e o respeito às diferentes visões. A proposta do projeto é compreender a complexidade da realidade social,

questionar estruturas, propor soluções e, acima de tudo, aprender com o outro. A postura crítica que cultivamos não se limita a teorias, mas se manifesta em nossas ações, projetos e relações. Ser petiano é também ser humano com dúvidas, limites, empatia e vontade de crescer. É reconhecer a importância do diálogo, da escuta e da sensibilidade em um mundo marcado por desigualdades. No PET, construímos juntos um caminho onde o conhecimento acadêmico caminha lado a lado com a responsabilidade social.

Podcast Economia e Sociedade: para Além da Aparência

Diálogos com o PET-Licenciaturas/Ufes: o Novo Ensino Médio e a precarização do trabalho docente na educação brasileira

Arthur Mariano Soares e Diogo Schiavinatto

No episódio nº 56 do programa “Economia e sociedade: para Além da Aparência”, os petianos Arthur Mariano e Diogo Schiavinatto discutiram o Novo Ensino Médio e a precarização da atividade docente no Brasil. O episódio abordou as principais mudanças trazidas pelo novo modelo, seus impactos na formação dos estudantes de licenciatura e os desafios enfrentados por alunos, professores e instituições de ensino. Para aprofundar o debate, convidaram três integrantes do PET-Licenciaturas/Ufes: o tutor do grupo, Prof. Dr. João Porto, do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação na Ufes, além das graduandas Samilla Correia (Pedagogia) e Alice Fontoura (Ciências Sociais). Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/2AG4fLol68yXt0BNHhJqvy>.

Movimentos Sociais na contemporaneidade

Ana Carolina de Paula Simões e Kayky Barcelos de Oliveira

No episódio nº 57 do programa "Economia e Sociedade: para Além da Aparência", os petianos Ana Carolina de Paula Simões e Kayky Barcelos de Oliveira discutem o papel dos movimentos sociais na contemporaneidade. O episódio abordou a participação histórica dos movimentos sociais e o seu caráter contemporâneo, com o intuito de desmistificar esse assunto complexo, encarando de forma crítica a conformação nacional e as atuais formas de participação popular. Para um aprofundamento no tema, a dupla entrevistou o Prof. Dr. Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, docente do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/3Dgh8bwokahVBhkLT2P4qu>.

Financeirização e disputa pelo orçamento público

Gabriel Matheus Ferreira Santos e Rafael Barbosa Saldanha

No episódio nº 58 do podcast “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, os petianos Gabriel Santos e Rafael Barbosa convidaram para o debate sobre financeirização e disputa pelo orçamento público o Prof. Dr. Paulo Nakatani, docente emérito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ao longo do episódio, discutiu-se acerca da origem da hegemonia da financeirização, de seu papel no desmonte dos serviços públicos, dos discursos de convencimento que a mascararam - como a austeridade fiscal -, da atual taxa de juros, da independência do banco central, bem como de possibilidades para superar esse processo. Para ter acesso ao episódio, clique neste [link](https://open.spotify.com/episode/1FKbzs80S50P1RdrxWziXs): <https://open.spotify.com/episode/1FKbzs80S50P1RdrxWziXs>.

Seguridade Social no Brasil: Contingências e Desafios

Hemille Barbosa Uchôa e Maria da Graça Gomes Caneva

No episódio nº 59 do podcast “Economia e Sociedade: para Além da Aparência”, apresentado por Hemille Barbosa e Maria Caneva, realizou-se uma análise aprofundada sobre a Seguridade Social no Brasil, tema fundamental para compreender o sistema de proteção social em nosso país. A entrevista com a Prof.^a Dr.^a Cenira Andrade de Oliveira promoveu um debate enriquecedor sobre as conquistas dessa política, desde sua consolidação na Constituição Federal de 1988, destacando o papel crucial que desempenha na redução das desigualdades sociais. Além disso, foram explorados os desafios persistentes, como as barreiras estruturais, sociais e políticas, que dificultam o acesso universal aos serviços essenciais e comprometem diretamente as garantias trabalhistas. Para ter acesso ao episódio, clique neste [link](https://open.spotify.com/episode/5qO0wT2dupJEvNPH6vTROQY): <https://open.spotify.com/episode/5qO0wT2dupJEvNPH6vTROQY>.

A escala 6x1 e a jornada de trabalho no capitalismo contemporâneo

Gabriela Morozini e Gustavo Gomes de Almeida

No episódio nº 60 do podcast "Economia e Sociedade: para Além da Aparência", os petianos Gustavo Almeida e Gabriela Morozini entrevistaram a Prof.^a Dr.^a Ana Paula Fregnani Colombi, docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para discutir a "Escala 6x1" e a jornada de trabalho no capitalismo contemporâneo. A conversa abordou as dinâmicas e os impactos dessa organização laboral na vida dos trabalhadores, analisando como ela reflete as

contradições do capitalismo atual, em especial, na periferia. Para ter acesso ao episódio, clique neste link: <https://open.spotify.com/episode/0BaUyO0eTSuIB91ieZQTi5>.

